



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

JORGE LUIS LOPES JUNIOR

**PELO DIREITO À LEMBRANÇA: IDENTIDADES LGBT's NEGRAS NAS
PERFORMANCES DA MEMÓRIA**

OURO PRETO-MG

2022

JORGE LUIS LOPES JUNIOR

**PELO DIREITO À LEMBRANÇA: IDENTIDADES LGBT's NEGRAS NAS
PERFORMANCES DA MEMÓRIA**

Monografia apresentada ao
Departamento de Museologia –
Escola de Direito, Turismo e
Museologia da Universidade Federal
de Ouro Preto, como obtenção de
título de Bacharel em Museologia
Orientadora: Profa. Dra. Marcia M.
Arcuri Suñer

OURO PRETO-MG

2022



FOLHA DE APROVAÇÃO

Jorge Luis Lopes Junior

Pelo Direito à Lembrança: Identidades Negras LGBTQ+ nas Performances da Memória

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovada em 03 de outubro de 2022.

Membros da banca

Profa. Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Jean Tiago Baptista - Universidade Federal de Sergipe
Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz - Universidade Federal de Ouro Preto

Marcia Maria Arcuri Suñer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/12/2022



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Arcuri Suner, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2022, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0448686** e o código CRC **E329AB18**.

AGRADECIMENTOS

Afetuosamente, gostaria de agradecer a todas, todes e todos que atravessaram o meu caminho por meio dos encontros durante esse processo de formação, essa jornada só foi possível porque em mim foi alimentado o desejo de imaginar, esta pesquisa não teria sido o que ele é se a vida não tivesse exigido de mim, coragem.

Agradeço a passagem da minha amiga Maria Lucinda Bento na minha vida, por ter sido minha fonte de inspiração nos últimos anos com o seu jeito de viver. Agradeço a minha avó, Josepha Sepryano por todo colo necessário. Agradeço a minha mãe, Edméria Sepryano, fonte inesgotável de amor, minha grande e melhor amiga, por me orientar com tanto carinho e generosidade. Agradeço ao meu pai, Jorge Luis Lopes, pelas inúmeras horas de dedicação ao trabalho para me proporcionar uma vida digna. Agradeço a minha irmã Paola Sepryano Lopes pelas palavras e gestos de incentivo. Agradeço também à Cristal Fayola pelo amor, escuta e tantos outros apoios que me fortaleceram para a escrita desse trabalho.

Às amigas, Paloma Nascimento e Samara Ferreira por terem partilhado comigo não apenas suas casas nos momentos mais difíceis, mas também as alegrias, palavras e gestos de apoio nesses últimos quatro anos. Ao meu grande amigo, Gabriel Maia pelo carinho, receptividade e horas de boas discussões sobre nossas experiências universitárias. Aos companheiros e companheiras de pesquisa do Grupo de Pesquisa sobre Linguagens, Culturas e Identidades da Universidade Federal de Ouro Preto pela troca de aprendizados e por demonstrarem as dores e as delícias de se fazer pesquisa na Universidade Pública.

Ao Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, em especial à professora Marcia Maria Arcuri Suñer por apresentar outros modos de fazer e viver a Museologia, e todo acolhimento necessário que precisei em sala de aula.

Agradeço à professora Kassandra Muniz pela escuta sensível desde o meu primeiro dia de aula, pela partilha de aprendizados sobre a intelectualidade negra, por todo apoio e incentivo à tarefa de pesquisar na Universidade; a minha trajetória não teria sido à mesma sem a sua presença neste processo de formação.

A todas, todes e todos que, de algum modo, sonharam, direta ou indiretamente comigo para a construção deste trabalho, muito obrigado!

RESUMO

O trabalho de monografia “Pelo direito à lembrança: identidades LGBT’s negras nas performances da memória” busca fazer uma revisão crítica sobre o processo histórico do apagamento das memórias LGBT negras na Museologia, nos museus, e na construção das políticas públicas na área da cultura partindo de uma perspectiva interseccional. Deste modo, no primeiro capítulo, “É preciso lembrar: memórias da pele das identidades LGBT negras” iniciamos uma discussão acerca da formação das identidades LGBT negras sob o aparato de autoras/es que contribuem ao campo de estudo das identidades, raça e desigualdades como de gênero, sexualidade, classe e desabilites. Além disso, discutiremos o impacto do racismo nos processos de musealização das memórias LGBT negras. No segundo capítulo, “Políticas públicas, memórias LGBT negras e reparação”, buscamos compreender de que forma as políticas públicas nos museus e no campo da cultura tem sido tensionada pelas questões contemporâneas relacionadas à população LGBT negra, qual o impacto do racismo e da LGBTfobia nos processos de musealização das memórias LGBT negras e apresentamos exemplos de iniciativas que instauram empatia com as experiências LGBT negras no Brasil. Por fim, no terceiro capítulo “Poéticas para o não esquecimento” desenvolvemos uma análise acerca das obras, “Eclipse”, de Castiel Vitorino Brasileiro, “NÃO VÃO NOS MATAR AGORA”, de Jota Mombaça e “Dançando para resistir”, de Katita Mamba Negra, problematizando, portanto, aspectos em comum que se fazem presentes nas narrativas dessas artistas, tentando entender os usos do corpo como estratégias política e epistemológicas na manutenção dos discursos hegemônicos diante as performances da memória.

Palavras-chave: Memória. Identidades Negras. Museologia LGBT. Museus. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The monograph "For the right to remember: LGBT black identities in the performances of memory" seeks to critically review the historical process of the erasure of black LGBT memories in Museology, in museums, and in the construction of public policies in the area of culture from an intersectional perspective. Thus, in the first chapter, "It is necessary to remember: memories of the skin of black LGBT identities" we begin a discussion about the formation of black LGBT identities under the apparatus of authors who contribute to the field of study of identities, race, and inequalities such as gender, sexuality, class, and disabilities. In addition, we will discuss the impact of racism on the musealization processes of black LGBT memories. In the second chapter, "Public policies, black LGBT memories and reparation," we seek to understand how public policies in museums and in the field of culture have been strained by contemporary issues related to the black LGBT population, what is the impact of racism and LGBTphobia on the musealization processes of black LGBT memories, and we present examples of initiatives that establish empathy with black LGBT experiences in Brazil. Finally, in the third chapter "Poetics for non-forgetfulness" we develop an analysis about the works, "Eclipse", by Castiel Vitorino Brasileiro, "NÃO VÃO NOS MATAR AGORA", by Jota Mombaça and "Dançando para resistir", by Katita Mamba Negra, problematizing, therefore, common aspects that are present in the narratives of these artists, trying to understand the uses of the body as political and epistemological strategies in the maintenance of hegemonic discourses in the face of memory performances.

Keywords: Memory. Black Identities. LGBT Museology. Museums. Public Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. É PRECISO LEMBRAR: MEMÓRIAS DA PELE DAS IDENTIDADES LGBT NEGRAS.....	13
2. POLÍTICAS PÚBLICAS, MEMÓRIAS LGBT NEGRAS E REPARAÇÃO.....	28
2.1. ATOS INSURGENTES: POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE CULTURAL NOS MUSEUS.....	28
2.2. A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E O ATIVISMO LGBT NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	31
2.3. MUSEUS, MONUMENTOS E MEMÓRIAS LGBT NEGRAS.....	45
3. POÉTICAS POLÍTICAS PARA O NÃO ESQUECIMENTO.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS UTILIZADAS

Identidade de gênero: É a experiência do gênero, conforme cada pessoa sente profundamente, que pode ou não corresponder ao gênero atribuído ao nascimento e que pode ou não envolver a modificação do corpo por meios médicos, cirúrgicos, hormonais ou outros.

Expressão de gênero: Refere-se à manifestação externa do gênero de uma pessoa. Ela é visível e pode ser uma fonte de identificação, especialmente quando, por meio de características como a vestimenta, os maneirismos, as modificações corporais e as expectativas tradicionais de expressão de gênero são transgredidas.

LGBT: A sigla LGBT pode referir-se a qualquer pessoa não-heterossexual ou não-cisgênero, ou fora das normas de gênero pela sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero. O termo é utilizado no campo das políticas públicas no Brasil desde a sua aprovação na 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília no período de 5 e 8 de junho de 2008.

Homem gay: Homem que se sente emocional, sexual e romanticamente atraído por outros homens.

Mulher lésbica: Mulher que se sente emocional, sexual e romanticamente atraída por outras mulheres.

Mulher ou homem bissexual: Pessoa que se sente emocional, sexual e romanticamente atraída por homens e mulheres.

Pessoa cis (cisgênera): Pessoa cuja identidade de gênero corresponde àquela designada ao nascer.

Rede LGBT de Memória e Museologia Social: A Rede LGBT de Memória e Museologia Social foi criada no dia 22 de novembro de 2012 durante o V Fórum Nacional de Museus na cidade de Petrópolis-RJ. Tal iniciativa tem como objetivo de mapear, identificar, registrar, salvaguardar, fomentar, promover, comunicar a memória e a história da comunidade LGBT.

Travestis: Pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e têm expressão de gênero feminina, embora não se reconheçam como mulheres de acordo com o que ser mulher está construído em nossa sociedade.

A definição da identidade travesti, assim como a definição das demais identidades trans aqui presentes, foram extraídas do dossiê sobre assassinatos contra travestis e transexuais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Orgs. Bruna Benevides; Sayonara Naider Bonfim. Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019.

Orientação sexual: é definida como a capacidade de cada pessoa de sentir atração emocional, afetiva e sexual por alguém, bem como a capacidade de manter relacionamentos íntimo e sexual com essa(s) pessoa(s).

INTRODUÇÃO

Este trabalho abarca uma discussão teórica acerca da ausência das memórias LGBT negras na Museologia e nos museus brasileiros, estabelecendo uma relação entre as identidades LGBT negras sob uma perspectiva interseccional¹ (CRENSHAW, 1994), tratando o apagamento dessas memórias. É importante salientar que a comunidade LGBT é antes de tudo, uma comunidade de coletivos com especificidades diferentes.

Sobre o conceito de memória, trago nas palavras de Pierre Nora,

[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, estando em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993).

Sabe-se que as identidades negras estão em constante diálogo com as camadas mais densas da historiografia dos museus, Cunha (2015) nos lembra que, como campos para trocas simbólicas e jogos de poder, museus apresentam e rememoram elementos da cultura, pessoas, grupos e acontecimentos, definindo objetos que identificam e diferenciam os grupos e suas práticas sociais.

A partir de então, a cultura é compreendida como o campo no qual uma comunidade institui as relações entre seus membros e com a natureza, conferindo-lhes sentido ao elaborar símbolos e signos, práticas e valores, ao definir para si própria o possível e o impossível, a linha do tempo (passado, presente e futuro), as distinções no interior do espaço, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, o permitido e o proibido, a relação com o visível e o invisível, com o sagrado e o profano, a guerra e a paz, a vida e a morte. (CHAUI, 2021, p.174).

Por outro lado, promovem esquecimentos ao compor quadros de referências, que deixam outros elementos fora de suas seleções. Assim, é fundamental questionarmos as narrativas cis-heteronormativas² hegemônicas

¹ A categoria interseccionalidade é usado para descrever a combinação de duas ou mais formas de opressão e discriminação que afeta grupos específicos, aumentando sua vulnerabilidade e marginalização.

² Aqui, podemos entender a cis-heteronormatividade como um regime político que atravessa as relações sociais, econômicas, jurídicas e políticas e que está ancorado numa ideologia que trata as diferenças na orientação sexual e na identidade de gênero como desigualdades naturais, ocultando o que ocorre no plano político, social, econômico e jurídico. Ver CURIEL, Ochy. De las identidades a la imbricación de las opresiones. In: Encrespando - Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década

presentes na Museologia e nos museus brasileiros para apontar perspectivas de futuro que abarcam os direitos negligenciados a essas identidades, sobretudo o *direito à lembrança*. Nesse processo de reparação histórica a comunidade LGBT negra tem se colocado como um corpo-político, de modo estratégico na reivindicação de nossas existências. Sob esse aspecto, realizaremos uma revisão bibliográfica na Museologia sobre o apagamento das memórias LGBT negras nos museus, dando ênfase as ausências e presenças de políticas públicas para a comunidade LGBT sob um viés interseccional.

Neste sentido, compreendemos os lugares de memória (NORA, 1993) produzidos por essa população como espaços de renegociação da realidade e recuperação de nossas memórias. Assim, visamos visibilizar o gesto político desses sujeitos não apenas no escopo da esfera institucional, mas no campo da arte, a partir de três obras Eclipse, de Castiel Vitorino Brasileiro; A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER, de Jota Mombaça e Dançando para Resistir, de Katita Mamba Negra acionando um diálogo com o campo da lembrança, através da produção de sentidos. Por fim, essa pesquisa é um diálogo teórico entre o *fazer museal*³ e as demandas que esses sujeitos têm nos exigido em tempos de reparação social.

1. É preciso lembrar: memórias da pele das identidades LGBT's negras

“[...]”
Então é melhor falar
Tendo em mente que
Não esperavam que sobrevivêssemos.”
Audre Lorde (1934-1999).

Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024) / FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (org.). - Brasília: Brado Negro, 2016, p. 79. Disponível em <<http://bradonegro.com/Encrespando.pdf>>

³ O adjetivo “museal” serve para qualificar tudo aquilo que é relativo ao museu, fazendo a distinção entre outros domínios (por exemplo: “o mundo museal” para designar o mundo dos museus); Como substantivo, “o museal” designa o campo de referência no qual se desenvolvem não apenas a criação, a realização e o funcionamento e questões. Esse campo de referência se caracteriza pela especificidade de sua abordagem e determina um ponto de vista sobre a realidade (considerar uma coisa sob o ângulo museal, é por exemplo perguntar se é possível conservá-la para expô-la a um público.) A museologia pode, assim ser definida como o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica sobre o campo museal, ou ainda como a ética ou a filosofia do museal (DESVALLÉES; MAIRESSE; 2013, p.54). Conceitos-chave de museologia*

É inerente à condição das existências LGBT negras o atravessamento pelos assombramentos psíquicos, os massacres, as cisões, como uma âncora fincada na memória traumática. Eis que o corpo, esse conjunto de órgãos, ossos, capaz de dilacerar e ser dilacerado nesta busca constante de se reinscrever no solo, caminha de imagem em imagem ao próprio âmago do tempo da existência.



Figura 1. Autoria desconhecida, sem título, sem datação. (Imagem retirada da Coleção de Fotos 'Hidden in the Open: A Photographic Essay of Afro-American Male Couples of Trent Kelley). Fotografia

O apagamento das memórias LGBT negras da História oficial, no fundo, é parte de um projeto colonial, no qual faz parte da agenda a anulação das nossas histórias e subjetividades, rompendo com a possibilidade de registrar, documentar e comunicar as nossas histórias para as gerações futuras. Logo, as nossas memórias soterradas, compõem um processo em que o esquecimento é, sobretudo, uma violência no plano da memória social.

Iniciativas como a do dramaturgo Trent Kelley⁴ em coletar imagens que mostrem o amor entre homens afro-americanos é sem dúvida uma tentativa de

⁴ Trent Kelley é dramaturgo, em 'Escondidos a céu aberto: Um ensaio fotográfico de casais masculinos afro-americanos de um passado distante', o dramaturgo Trent Kelley reúne imagens de supostos casais de homens negros afro-americanos que datam de meados do século XIX ao século XX. Os estilos de fotografia incluídos são cartões de gabinete, cartões postais com fotos, tipos de tinta e o papel fotográfico mais comumente usados, como Kodak, datado do período da Segunda Guerra Mundial e posteriormente. Uma imagem montada em um cartão rígido, o cartão de gabinete foi a próxima geração

atualizar o que foi inscrito no imaginário acerca da masculinidade negra na América. A coleção virtual intitulada ‘Escondidos a céu aberto: Um ensaio fotográfico de casais masculinos afro-americanos de um passado distante’⁵, revela para nós vestígios ocultados sobre a história de casais homoafetivos negros que vieram antes de nós.

A potência nas fotografias coletadas por Kelley acionam partes da nossa cultura que basicamente foram ignoradas pela História oficial e, conseqüentemente, pelos espaços de salvaguarda e preservação das memórias LGBT negras. Reunir num mesmo espaço um número relevante de imagens de homens negros gays é, em si, uma forma de subverter o que está posto na construção do imaginário social acerca das masculinidades negras.

A obra aborda a temática: dois homens negros se amando. Nela estão postos os conceitos de memória e afetividade, conceitos esses que sempre custaram muito caro às identidades negras, sobretudo a comunidade negra LGBT. Historicamente fomos cerceados da possibilidade de experimentar uma vida livre e aberta, sem preconceitos. Nesse sentido, apresentar imagens que recuperam a vivência afetiva desses homens afro-americanos é um passo importante para que “os gays da diáspora africana em geral, entendam que eles têm uma história de amar e desejar uns aos outros que vale a pena reconhecer e celebrar de qualquer forma. Eles têm uma história de simplesmente existir!” (KELLEY, 2010).

A *Teoria Queer*⁶ engloba as questões de gênero e sexualidade sem desvincular as experiências da escravidão e do racismo nas diásporas, se opondo aos modos de compreensão das teorias brancas queer. Embora a

de imagens fotográficas após os cartes de viste, populares de meados da década de 1850 até a década de 1860. Superando os cartes de viste em uso popular, os cartões de gabinete foram influentes das décadas de 1870 a 1890, declinando em uso durante a década de 1920 devido à crescente popularidade dos cartões postais ilustrados. Os cartões postais com fotos eram mais baratos e podiam ser enviados pelo correio usando o selo de um centavo. Relativamente baratas e rápidas de produzir, as Tintype eram fotografias produzidas em chapas de ferro fino.

⁵ Ver <<https://flic.kr/s/aHsjKUgoXF>>

⁶ A Teoria Queer propõe explicitar e analisar esses processos a partir de uma perspectiva comprometida com aqueles socialmente estigmatizados, portanto dando maior atenção à formação de identidades sociais normais ou "desviantes" e nos processos de formação de sujeitos do desejo classificados em legítimos e ilegítimos.

perspectiva da *Critique Queer Of Colour*⁷ tenha sido pensada no contexto americano, ela se apresenta como uma perspectiva possível para também compreendermos as problemáticas presentes na América Latina e no Brasil quando se trata da realidade de pessoas LGBT negras.

Queers of Color são frequentemente marginalizados dentro de grupos que já são marginalizados. Somos forçados a combater o racismo e a homofobia na sociedade em geral, bem como o racismo na comunidade queer e a homofobia nas comunidades de cor (...). Afirmamos a unidade com todas as organizações engajadas na luta contra o racismo e a homofobia. E esperamos o dia em que a sociedade será verdadeiramente e plenamente igualitária. (MANIFESTO, 1995).

Afinal, “se existe sempre a alternativa entre memória e esquecimento, é sem dúvida porque nem tudo o que é memorizável é memorável e, sobretudo, porque nem tudo pode sê-lo” (CANDAU, 2021 p.94). Nesse sentido, esquivar das linhas impetuosas que compõem a jurisdição⁸, os marcadores sociais e as políticas de morte são com clareza, desafiar a nossa própria existência.

A história negra e queer sempre esteve entrelaçada, e alguns BIPOC⁹ foram pioneiros na luta por igualdade e visibilidade para a comunidade LGBT na América, entre eles Bayard Rustin¹⁰, Stormé De Larverie¹¹, James Baldwin¹²,

⁷ Em ‘The Aberrations in Black: Toward a Queer of Color Critique, 2004’ o autor Roderick Ferguson argumenta que a crítica queer of color “interroga a formação social como as intersecções de raça, gênero, sexualidade e classe, com interesse particular em como essas formações correspondem e divergem dos ideais e práticas nacionalistas”. Ver Ferguson, Roderick A. (2004). *Aberrations in Black: Toward a Queer of Color Critique*. U of Minnesota Press.

⁸ O termo jurisdição é de origem latina “jurisdictio”, no sentido estrito da palavra significa “dizer o direito”. O exercício da jurisdição é função típica do poder judiciário, conforme disposto na Constituição Federal, não pode, portanto, solicitar que outro órgão realize sua função.

⁹ BIPOC significa preto, indígena e pessoas de cor, e uma pessoa de cor não é branca ou não é apenas branca. Pessoas de cor são negras, pardas e/ou asiáticas. Uma pessoa de cor também pode ser multirracial, com linhagens de várias raças.

¹⁰ Bayard Rustin (1912-1987) foi um ativista dos direitos civis mais conhecido como conselheiro de Martin Luther King Jr. e organizador da Marcha de 1963 em Washington. Ele era abertamente gay, o que atraiu muitas críticas e permitiu que ele trabalhasse principalmente nos bastidores.

¹¹ Stormé DeLarverie (Stormy) (1920-2014) foi uma artista e ativista LGBTQIA+. Ele ganhou destaque como drag king nas décadas de 1950 e 1960 e a sua prisão na noite de 28 de junho de 1969 - e particularmente sua reação a ela - foi um dos principais gatilhos para os distúrbios de Stonewall. No entanto, isso não é confirmado. O que é certo, porém, é que desde Stonewall ele tem feito cada vez mais campanha pelos direitos da comunidade LGBTQIA+ e protegido pessoas queer, especialmente mulheres lésbicas, com passeios regulares por Greenwich Village.

¹² James Baldwin (1924-1987) foi um dos escritores americanos mais importantes do século XX. Ele escreveu principalmente sobre os temas racismo, sexualidade e descoberta da identidade e lidou com a pressão social e psicológica que os negros e homossexuais lutavam - muito antes de se tornar a igualdade social, cultural e política da comunidade LGBTQIA+.

Audre Lorde¹³, Senhorita Major Griffin-Gracy¹⁴, Ernestine Eckstein¹⁵, Marsha P. Johnson¹⁶, Willi Ninja¹⁷ entre outras.

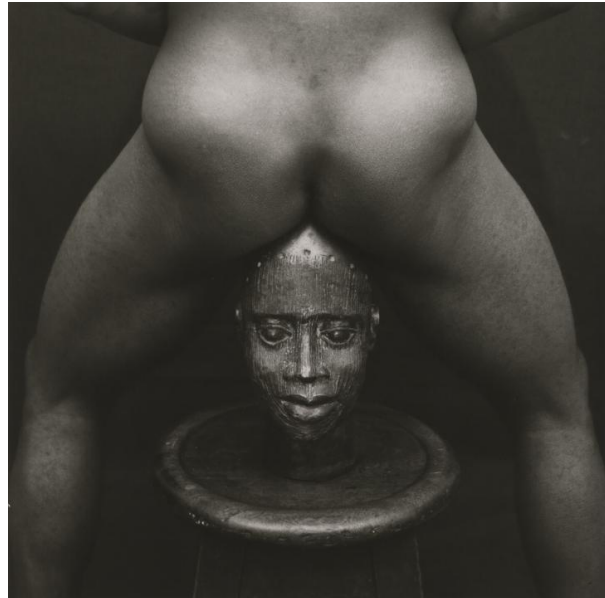


Figura 2. Rotimi Fani-Koyade, (1955-1989), *Bronze Head*, 1987. Fotografia

Romiti Fani-Koyade (1955-1989) era um artista queer nigeriano, foi pioneiro em traduzir em imagens as políticas de raça, representação e desejo *queer*. Na obra *Cabeça de Bronze*, 1987, o artista faz uma alusão a penetração

¹³ Audre Lorde (1934-1992) a escritora e ativista se descreveu como “negra, lésbica, feminista, mãe, poetisa, guerreira”. Ela fez contribuições duradouras para os campos da teoria feminista, estudos críticos de raça e teoria queer.

¹⁴ Senhorita Major Griffin-Gracy (1940) está na vanguarda da luta pelos direitos trans. Em 2005, ela se juntou ao *Trans Gender Variant and Intersex Justice Project* (TGIJP) (primeiro como oficial de recursos humanos, depois como diretora executiva) para defender mulheres trans presas. Ela sempre foi uma defensora dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e foi uma das líderes de Stonewall.

¹⁵ Ernestine Eckstein (1941-1992) era muitas vezes a única mulher negra a participar de protestos pelos direitos LGBT. Ela era a líder das Filhas de Bilitis de Nova York, a primeira organização cívica e política de direitos humanos para lésbicas nos Estados Unidos. Ela também foi ativa no movimento feminista negro da década de 1970 e esteve envolvida na organização Black Women Organized for Action. Para ela, a luta pelos direitos civis e a luta pelos direitos LGBT estavam indissociavelmente ligadas.

¹⁶ Marsha P. Johnson (1945-1992) era uma ativista dos direitos trans e uma das figuras mais centrais de Stonewall. Junto com a ativista trans Sylvia Rivera, Johnson ajudou a fundar a *Street Transgender Action Revolutionaries* (STAR), uma organização política radical que forneceu apoio e moradia para jovens queer sem-teto e profissionais do sexo em Manhattan.

¹⁷ Willi Ninja (1961-2006) foi um dançarino e coreógrafo, uma das figuras mais importantes da cena drag queen nova-iorquina. Ninja era um membro da cena gay no Harlem e moldou o estilo de dança voguing já no início dos anos 80. Em 1990, ele também apareceu no hit de Madonna "Vogue", no qual ela adotou esse mesmo estilo de dança, e Ninja ficou conhecido como o "Avô da Vogue".

de Ifé¹⁸ pelo ânus. Simbolicamente, Fani-Kayode questiona os antigos valores apresentando a imagem da cabeça como um “falo superior”, penetrando e fecundando o seu corpo; nesta obra, o artista coloca em conflito as problemáticas atribuídas ao gênero masculino e as funções do corpo biológico e suas representações nas históricas africanas.

Orí (“cabeça” ou “centro” para os Yorubás) simboliza a sede do espírito. Nas palavras de Beatriz Nascimento, “orí” é a memória ritualizada, “existe uma linguagem do transe e a linguagem da memória, é neste momento que a matéria se distende e traz com muito mais intensidade a história, a memória [...]” (ÔRI, 1989, s.p.). Assim, podemos pensar as memórias materializadas das identidades LGBT negras como uma tessitura dos nossos próprios desejos.

Precisamos aqui constatar que a vida, para muitos de nós, foi marcada pela morte, seja pela experiência ancestral da escravidão e os seus vestígios espalhados em todo o Ocidente, ou por meio das lembranças fissuradas nas camadas da memória. Fato é que a violência aos nossos corpos são um acontecimento assombroso, institucionalizado pelo Estado, que assola as nossas humanidades.

A presença do racismo como fantasia colonial indeterminadamente atualizada no marco do colapso da colônia está exposta como ferida na paisagem das cidades, na densidade nos muros, cercas e fronteiras. Está exposta também na coreografia das carnes, na intensidade dos cortes e na ancestralidade das cicatrizes. (MOMBAÇA, 2021, p.64).

Trago a memória de Xica Manicongo para evocar a sua desobediência, através das palavras da autora Jaqueline Gomes de Jesus¹⁹,

Coberta com um pano que prendia com o nó para frente, à moda dos quimbandas²⁰ de sua Terra Natal, e apesar de sua condição desumanizada, imposta pelos homens brancos, os candangos, ela andava sobranceira por toda Cidade Baixa, às vezes subindo para a Cidade Alta e voltando, a serviço do seu senhor, ou só passeando, inclusive para encontrar os seus homens. Diz-se que Xica era conhecida por ser muito namoradeira. Mesmo no inferno

¹⁸ A Cabeça de Ifé, Ori Olocum é uma das dezoito esculturas de liga de cobre que foram desenterradas em 1930, em Ifé na Nigéria, o centro real religioso e antigo dos Yorubás.

¹⁹ Jaqueline Gomes de Jesus é ativista, psicóloga, escritora e professora do curso de Psicologia pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

²⁰ O termo é bantu, e significa, basicamente, “invertido”, tendo adquirido também o sentido de “curador” e, posteriormente, para os umbandistas do século XX referindo-se a um ramo de sua religião.

da escravidão havia frestas, sempre escavadas pela gente negra.
(JESUS, 2019, p.252).

À deriva dos contornos tortuosos da diáspora negra²¹, encontrava-se Xica Manicongo, travesti negra, alvo da violência das Ordenações Filipinas²² da Bahia do século XVII. Xica foi punida pelo crime de se vestir com os trajes de alguém de gênero diverso ao atribuído socialmente. Até onde se sabe, ela não teve direito a ser reconhecida pelo seu nome próprio, este só passou a ser reconhecido no século XXI quando as suas descendentes escavaram a sua memória, e passam a recontar sua história, desta vez, com a dignidade que os seus passos merecem.

O reconhecimento da nossa fragilidade e incompletude e, por isso mesmo, da necessidade que temos do Outro talvez esteja vindo da nossa responsabilidade enquanto sujeitos históricos de não deixarmos certos fatos da nossa história se repetir e de reconhecermos que essa nossa busca por não sei o quê, por nós mesmos talvez, nunca teve sucesso porque estávamos sozinhos, não víamos o Outro, ao contrário, o excluíamos e quando o incluíamos nunca foi para vê-lo e 19essi-lo tal como ele é.
(MUNIZ, 2009, p.40).

Evocar o nome de Xica Manicongo é, antes de tudo, um gesto de saudação a sua memória resgatada da penumbra, saudação a todas as Xicas que um dia perderam o estatuto de pessoa, e foram transformadas em corpos-objetos e corpos-mercadoria durante os tempos da escravidão.

Todo dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios. Apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma vítima é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e ressignificá-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade (CANDAU, 2021, p.68).

²¹ O sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (2003), considera que as culturas são abertas e compõem-se em meio às diásporas, expressando como um tributo que reinventa as tradições. Neste sentido, as diásporas são compostas por uma mistura de valores e aspectos culturais vinculados às origens étnico-raciais. Ver mais em: HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

²² As Ordenações Filipinas tratava-se de uma legislação que vigorou em nosso território de 1603 a 1830, durante o período do Brasil Colônia de Portugal e no início do Primeiro Império; esta legislação estava absolutamente alinhada aos ideais do catolicismo. Ver em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>

As memórias dos corpos LGBT negros em diáspora ainda hoje é marcada por uma política colonial, que se estruturou como um projeto bem-sucedido, neste caso, em toda América Negra. Assim, “para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos” (JESUS, 2019, p.254).

Precisamos não esquecer que o Brasil Colônia marcou as identidades negras como inferiores em todos os campos cognitivos e sociais, nos reduzindo ao silêncio, à não existência, ao nada. Para o pensador, psiquiatra e revolucionário Franz Fanon, (2008), a categoria de sujeito passava pelo processo em que,

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema da sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que depende seu valor e sua realidade humana [...] ‘A operação unilateral seria inútil, porque o que deve acontecer só pode se efetivar pela ação dos dois’.
(FANON, 2008, p. 180-181).

A ausência de reconhecimento do ‘outro’ implica num processo de invisibilidade dos corpos que fogem das normas brancas. Num mundo delimitado pelo maniqueísmo colonial, segundo Fanon, o negro é considerado mais um objeto no reino das coisas. A invisibilidade aqui era utilizada como estratégia para que a hegemonia se mantivesse no poder, dando ênfase a hierarquia colocada entre os corpos.

A presença de Xica Manicongo aparece como uma das primeiras memórias documentadas de uma travesti negra no Brasil Colônia. Ao reivindicar a luta pela sua humanidade, existindo nas frestas, Xica rompe com o que estava estabelecido pelo *cis-tema*²³ para a sua existência, resgatando à liberdade de ser o que se é.

Percebe-se que o colonialismo perpassou a construção das identidades de diversos grupos étnicos e sociais das Américas constituindo uma vasta trama

²³ Cis-tema é a junção das palavras Cisgeneridade e Sistema, utilizadas pela população trans para criticar o modo como a cisgeneridade está enraizada ao sistema em que vivemos.

de poder. A naturalização da violência sob os nossos corpos é uma característica presente desde os períodos de colonização no Brasil. Assim, para que hoje esses corpos sejam vistos é necessário que antes eles tenham o direito de se reafirmarem a partir das fraturas provocadas pelos signos da colonialidade. Desse modo, é preciso verificar e problematizar o “inventário do real”, bem como não se enclausurar o passado no sentido de ressuscitar uma civilização negra injustamente ignorada (FANON, 2008, p. 187).

Para a escritora e artista interdisciplinar Grada Kilomba (2019) os corpos negros foram aprisionados como a/o “outra/o”. A autora faz uma crítica ao silenciamento da fala, “a submissão dos corpos, a exotificação, sendo mulheres negras as mais atingidas por essa política do medo. A repressão é, nesse sentido, a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é instigado como uma verdade “desagradável”.

Falar torna-se assim praticamente impossível, pois quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser falada, tampouco ouvida. (KILOMBA, 2019, p.42).

Essas estruturas de poder operam pela linguagem, operando no modo como os corpos foram hierarquizados. É notório os mecanismos que operaram a manipulação das identidades negras, refletindo de modo incisivo na construção da nossa memória coletiva, “longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas” (HALL, 2003, p.30). Afinal, quanto duram as nossas memórias coletivas?

Esses mecanismos operam, fortemente, no campo da sexualidade. Aqui, uma forma de sexualidade é generalizada e naturalizada e funciona como referência para todo o campo e para todos os sujeitos. A heterossexualidade é concebida como “natural” e como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. (LOURO, 2000, p.13).

As sexualidades que não correspondem ao *cis-tema* heteronormativo se configuram como rotas de fuga, numa lógica de sobrevivência, assim como a

oralidade que nos recorda como manter os mecanismos de sobrevivência daqueles que vieram antes de nós – não deixando nossas práticas de defesa desaparecerem. Entre nós é isto que ocorre. São esses vestígios grafados nas experiências de pessoas LGBT negras na diáspora que instituem o ímpeto para engrenagem da transmutação desses corpos-memórias no que tange o campo da lembrança.

Quanto ao sujeito que se lembra, ele é em princípio um sujeito contestado. Essa contestação resulta de um evento inaugural, a perda aparente do nome próprio, perda essa tanto mais traumática por ser acompanhada por uma profunda instabilidade do saber, uma destruição do senso comum, uma incerteza radical quanto ao eu, ao tempo, ao mundo da linguagem. (MBEMBE, 2019, p.218).

É importante salientar que, quando o historiador e professor Achille Mbembe (2019) trata o estado de incerteza e dissociabilidade dos limites do corpo em relação ao tempo, ele sugere uma leitura do corpo a partir de uma linguagem que se encontra em ruínas, o corpo como destituição de si, do que há de mais simbólico para que sejamos reconhecidos no mundo, a própria linguagem.

Nesse jogo de poder em que os corpos se reconfiguram na tentativa de suscitem o desejo de tomar para si o próprio corpo, os vestígios na paisagem tornam visíveis o que o olhar colonial estruturou para que permanecesse no invisível, assim, “sem lembranças o sujeito é aniquilado” (CANDAUI, 2021, p.17). A violência simbólica se apresenta a partir da regulação dos corpos, através do silenciamento, as correções normalizadoras, a repressão das vivências afetivas, às ameaças, o estupro corretivo, o próprio apagamento do sujeito e até mesmo o extermínio total de nossos corpos.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizada aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação: nunca é o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outro termo, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1985, p. 183).

Segundo a filósofa e professora Judith Butler (2016) os nossos corpos borram os sistemas de linguagens implicando num processo de significação da própria performatividade, nesse sentido,

A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos de gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. (BUTLER, 2016, p. 201).

Para Butler, a performatividade acontece no momento que é deslocada, através da repetição, dos gestos e estilizações do corpo. São esses mecanismos que acionam possibilidades de subversão nas relações de poder; o ato de fala passa a ser entendido como um ato corpóreo. Assim, na medida que as identidades LGBT negras se deslocam nesse campo das ruínas, a memória encontra sua expressão, num ímpeto de retomar, internalizar e inscrever suas narrativas performando o tempo.

O que podemos considerar inerente ao devir negro? A busca pela legitimação das memórias LGBT negras no tempo presente exige um estado de consciência em que seja possível suturarmos as cisões coloniais. Retomo Mbembe (2019) para destacar que,

Nesse contexto em que a existência está restrita a poucas coisas, a identidade só pode ser vivida de modo fugaz, pois não se adiantar a si mesmo é literalmente correr o risco de ser morto. A permanência num ente específico só pode ser provisória. É preciso saber desertar esse ente a tempo, resigná-lo, reiterá-lo, cindi-lo, restitui-lo ao cerne de uma existência em que o turbilhão a disputa com a vertigem e a circularidade. (MBEMBE, 2019, p.253).

Sob a luz projetada no agora, a Museologia e os museus podem ser lugares de reconhecimento das camadas mais densas da história acerca das nossas identidades. É através das nossas histórias de vida que as representações de um passado tão recente poderão incorporar uma abertura de novos elementos nas performances da memória, potencialmente, criando uma consciência cada vez mais fluida entre as identidades LGBT negras e os

museus. Tendo em vista que, no que se refere ao *direito à memória*²⁴, atualmente a comunidade LGBT tem um único direito, o de não ter nenhum (BAPTISTA; BOITA, 2017, p.118).

[...] o Direito à Memória indica a necessidade de recordar tais fatos gravosos, sinalizando de modo coletivo para o seu repúdio, mediante gestos, feitos e políticas que aportam na dimensão cultural e simbólica e na representação cívica do passado ausente, tentando escapar da aparição desse passado como sintoma de repetição não devidamente purgado e catalisador do caráter mimético da violência. Assim, não se trata simplesmente de delinear os detalhes das graves violações, mas sim de significá-las de modo a significá-las no espaço público e coletivo, o que pode assumir virtualmente infinitas formas e maneiras. O Direito à Memória também alerta para a prioridade ética que deve ser dada ao testemunho das vítimas, pois é através da sua memória, ainda que representada no silêncio e na dor, que a sociedade poderá melhor conhecer a dimensão das violências praticadas com o apoio ou diretamente pelo Estado. (SILVA FILHO, 2015, p.1-2).

O museu, como agente social institucional do campo museal deve ser um espaço que acolhe as demandas estabelecidas por esses grupos sociais, atuando como legitimador das marcas assimétricas no que tange raça, gênero e sexualidade. Também é fato que os direitos negligenciados no campo simbólico, se estendem as classificações sociais que são construídas dentro e fora dos museus.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2018, p.118).

Nesse sentido, torna-se importante relacionar, o papel educativo dos museus pelo próprio fomento ao direito cultural. É função do campo museal “assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o

²⁴ O direito à memória encontra-se fundamentado no artigo art. 4º, II, da CF/88 uma vez que este busca assegurar a proteção contra a dignidade à pessoa humana.

desenvolvimento regional e local, de forma integrada com seus diversos setores” (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL, 2010).

A ideia de patrimônio cultural ou histórico-cultural, como preferem alguns, costuma associar-se a três aspectos: 1) o conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; 2) as edificações cujo estilo desapareceu e cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade; 3) as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação de monumentos, documentos, edificações e objetos antigos. (CHAUI, 2021, p.150).

Isto posto, essas considerações estão balizadas nas diferentes leituras acerca das ausências das memórias LGBT negras e de que forma a nossa comunidade é impactada pelas dinâmicas fundamentadas pelas políticas de patrimônio, deixando claro as regras, normas e métodos classificatórios.

No Brasil, é fundamental pensarmos os modos como a agenda necropolítica²⁵ se estrutura sobre nossas vidas, marcando profundamente as estruturas sociais desde sempre. O conceito de necropolítica é apresentado pelo sociólogo Achille Mbembe para dar conta dos diferentes paradigmas políticos que determinam as lógicas e dispositivos que reconfiguram as relações entre resistência, sacrifício, terror, e as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte.

Já segundo o sociólogo Aníbal Quijano (2005, p.132), o poder pode ser configurado na trajetória e na orientação de um Estado-nação, em sua crítica à colonialidade. O autor não nos deixa esquecer que nesse longo percurso as vítimas do poder colonial seguem resistindo a fim de organizar modos de reconstituir os discursos, as representações e a recuperação dos lugares simbólicos que foram brutalmente atingidos pelas marcas estruturais do colonialismo, sendo uma delas o racismo estrutural²⁶.

²⁵ Ver em MBEMBE, Achille. Necropolítica; traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

²⁶ É a forma como o racismo opera nas relações sociais, por meio de todas as instituições da sociedade. No Brasil, o racismo está presente nas nossas interações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. E, em todas elas, pessoas brancas ocupam um espaço de poder, de tomada de decisão e de superioridade em relação aos negros e indígenas.

Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais. (ALMEIDA, 2019, p.43).

O *modus operandis* do Estado resvala na Museologia e nos museus. Por esse motivo é dever dos mesmos visibilizar as violências atribuídas a população LGBT negra brasileira. Assim, as exposições podem ser um mecanismo de reorganização do pensamento em direção a expansão das lutas pelas memórias e os direitos humanos como tentativa de sutura das feridas do passado colonial e dos seus assombramentos no tempo presente.

Dessa forma, o exercício de musealização²⁷ sobre nossas memórias partem de uma agenda que presume reparação social histórica com a nossa comunidade. Torna-se evidente que a Museologia e os museus públicos brasileiros têm uma dívida histórica com nossas memórias.

O mais importante é não nos ser mais possível desconsiderar o compromisso secular do Museu com a violência (de Estado). Já no simples ato de se dizer: museu. E de uma maneira tal, que todo esforço do campo museal em repatriar objetos espólios não servirá de anteparo a esse seu destino. Longe disto, toda essa violência nos faz considerar que a belíssima paráfrase há uma gota de sangue em cada museu é insuficiente para dar conta com gravidade do que acontece ali. (JESUS, 2013, p.147-148).

A ausência das memórias LGBT negras na Museologia, nos museus e nas instituições culturais reforçam a cultura padrão hegemônica como manutenção de poder para fins de controlar o regime das imagens, do corpo e do campo sensível, novamente, reiterando a estratégia histórica da cisgeneridade²⁸ heteronormativa em se manter no lugar de superioridade em todas as esferas do conhecimento.

A memória LGBT, assim como seu lugar nos museus é, ainda, um tabu na prática e produção acadêmica museológica brasileira. Historicamente distanciada do debate dos Direitos Humanos, a

²⁷ A musealização, para Stránský, foi definida como “a aquisição da qualidade museal”, é entendida como um processo, pensado por ele como universal, de atribuição de valor às coisas da realidade, que demandaria que a Museologia reconfigurasse a sua finalidade básica de invenção dos valores, para se propor à investigação dos próprios valores (BRULON, 2018, p. 195). Ver mais em: BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO, v11, p.189-210, 2018.

²⁸ O conceito de Cisgeneridade vem sendo discutido pelo movimento trans como instrumento para desestabilizar a ideia de identidade cis como norma.

Museologia no Brasil apenas recentemente passou a considerar práticas que criam a possibilidade de se propor uma reflexão interessada na promoção da memória de minorias políticas, ainda que de modo bastante decorativo. (BAPTISTA; BOITA, 2017, p.135).

O elemento definidor dessa Museologia reafirma a centralidade que as questões sociais têm na vida objetiva das instituições. Os museus como lugares de memória podem ser considerados como estruturas que reforçam teorias e práticas excludentes.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. (NORA, 1993, p.13).

Ao afirmar que os lugares de memória podem ser compreendidos como espaços de celebração de uma memória coletiva, o autor sugere que os museus compõem este quadro de lugares, porque neles se opera tudo aquilo que nós, enquanto sociedade, não queremos deixar cair no esquecimento. No caso das memórias LGBT negras, a ausência delas nos arquivos, acervos e coleções brasileiras corrobora com os silenciamentos em torno da história da população negra e os processos de visibilidade e invisibilidade.

Em consonância com as práticas museais, o discurso patrimonial acerca das memórias negras reitera os apagamentos da nossa comunidade ao silenciar, durante séculos, as nossas práticas identitárias no patrimônio cultural brasileiro; ou não permitindo que à nossa comunidade o acesso a parte de uma memória acerca das representações e lutas da comunidade LGBT negra. Em razão disso, as identidades LGBT negras, foram atingidas por essa ausência de referenciais de forma imagética, documental, na constituição do que é entendido como patrimônio cultural nacional no Brasil.

Nesse sentido, os patrimônios culturais que sempre receberam atenção governamental e verba pública para serem salvaguardados foram os patrimônios das culturas eurocênicas. Deste modo, foi fixado no imaginário da sociedade brasileira aquilo que poderia ser considerado patrimônio cultural e o que não poderia ser. (ESCOBAR, 2014 p.44).

Entende-se que o patrimônio cultural negro brasileiro tem a sua legitimidade assegurada pelo Art. 216 da Constituição de 1988²⁹, no qual se estabelece que, “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Assim, compreender a formação do discurso das instituições brasileiras de fomento à cultura sobre um determinado grupo social, a partir da leitura sobre os corpos e as suas intersecções nas áreas da Museologia e da memória social, é um meio de reconhecimento das tensões existentes acerca das narrativas LGBT negras.

2. Políticas públicas, memórias LGBT negras e reparação

“Você nunca tem seus direitos completamente, como pessoa, até que todos tenham seus direitos.”
Marsha P. Johnson³⁰ (1945-1992).

2.1. Atos insurgentes: políticas para a diversidade cultural nos museus

Neste contexto, há retrocessos materiais e simbólicos. Articulado as leituras de raça, gênero e sexualidade no âmbito das políticas públicas aplicadas na área dos museus e do patrimônio cultural brasileiro, é necessário lembrar que o debate sobre a diversidade nas políticas públicas surge no início do século XXI. Neste sentido, o discurso sobre a diversidade na Museologia e consequentemente nos museus é recente.

A primeira década do século XXI, pode ser descrita como um momento no qual foram implementadas formas de gestão pública democrática e participativa, em diversos países da América Latina. Encontramos também uma ênfase especial para a estruturação do campo das políticas públicas de cultura, muito alicerçada na visão de que cultura é um direito de todo cidadão. (CALABRE,

²⁹ Ver <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>>

³⁰ Marsha P. Johnson foi uma mulher trans ativista negra de enorme importância para a luta LGBT+ nos anos 60 e 70 em Nova York. Fundou a Street Transgender Action Revolutionaries (STAR), que se dedicava a ajudar jovens queer sem-teto. Ela foi uma das principais articuladora da Revolta Stonewall, em 1969, se tornando um ícone do movimento LGBT+.

Dessa forma, a construção do debate acerca da diversidade cultural nesses espaços sempre foi uma pauta cara aos movimentos negros, indígenas e LGBT. A mobilização desses movimentos se articulou com base na discussão de demandas específicas em que esses grupos se pronunciavam e desejavam transformar o cenário das políticas culturais no Brasil. É importante lembrar que sempre houve uma tensão entre as reivindicações dos movimentos negros, indígenas e LGBT em oposição aos modelos eurocêntricos de desenvolvimento das políticas culturais.

No cenário museal a implementação das políticas de inclusão da diversidade cultural cumpre um papel fundamental, promovendo discussões a fim de acionar esses temas no interior dos museus na América Latina. Entre elas, inicialmente, destaca-se o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), fundado em Portugal em 1985. Naquele momento,

[...] o essencial para a Nova Museologia, era aprofundar as questões da interdisciplinaridade no domínio da museologia, facto que contrariava o saber isolado, absoluto e redutor da museologia tradicional instituída, deixando desta forma espaço para uma maior reflexão crítica. (PRIMO, 1999, p.12).

A urgência em se pensar em uma Nova Museologia surgia no sentido de transformação do pensamento museal na América Latina. Entre 1972-1992, alguns profissionais da área consideraram refletir acerca das relações entre identidades, culturas, representação e políticas públicas, a fim de acolher as demandas de alguns grupos sociais. Assim, foi necessário a devida atenção aos estudos de intelectuais que partiram de uma crítica contra a hegemonia para que pudessemos avançar. Naquele cenário, a Museologia e os museus tinham como centralidade a urgência em discutir as demandas acerca da territorialidade, das reivindicações sociais e identitárias, sugerindo uma reflexão sobre os possíveis caminhos para o desenvolvimento e enfrentamento destas questões.

Todo esse debate foi gerido na Mesa Redonda de Santiago³¹, anos depois na Declaração de Québec³², momento em que a Museologia passa a pensar para fora dos muros dos museus. Assim, instaurava a construção de um novo pensamento museal, situado num contexto amplo de relações e processos que repercutiam de forma diferente em cada museu. É também nesse momento histórico que houve o reconhecimento da necessidade de comprometimento dos museus e profissionais da área com os movimentos de reivindicação da diversidade.

Naquele momento, numa primeira leitura podia considerar-se que uma nova museologia se contrapunha a uma velha e arcaica museologia. Mas na verdade o que ocorreu com a “ciência” museológica, assim como em todas as outras ciências sociais é um despertar para tudo o que estava acontecendo no mundo contemporâneo, através de uma percepção mais aguçada das transformações ocorridas na sociedade e uma busca em se actualizar e agir mais contemporaneamente e, não o surgimento de uma outra museologia. (PRIMO, 1999, p.23).

A fim de avaliar e conceitualizar uma Museologia que se apresentasse como uma alternativa, era necessário o reconhecimento de um movimento que deveria ser incorporado na nova realidade do campo.

O elemento definidor que nomina essa Museologia é a centralidade que as questões sociais têm na vida objetiva das instituições. Elaboram suas narrativas em comunidades tratadas como periféricas e abordam os temas desse cotidiano, debatendo preconceitos, evidenciando lutas, conquistas e valorizando as expressões locais que tem historicamente pouca ressonância nos

³¹ Os membros da Mesa Redonda de Santiago se reuniram para discutir sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina. O Movimento da Nova Museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na “Mesa-Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo ICOM. Este movimento afirma a função social do museu e o caráter global das suas intervenções.

³² A Declaração de Québec tinha como objetivo principal se colocar à disposição dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. A Declaração torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca. Neste sentido, este movimento, desejava manifestar-se de uma forma global acerca das preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica.

museus. (GOUVEIA; PEREIRA, 2017, p.731).

Entretanto, a ausência de uma leitura racializada não-heteronormativa e não-binária nos processos de construção do próprio pensamento museal, sobretudo nas práticas de reflexão sobre a diversidade na Museologia e nos museus, impossibilitou a comunidade LGBT negra, de reconstituir, salvaguardar e, conseqüentemente, acessar os registros documentais sobre as memórias da comunidade LGBT negra no Brasil.

Ao passo que políticas públicas voltadas aos LGBT seguem escassas, a maioria dos museus continuam estagnados em suas ações quando o assunto é diversidade sexual. Até mesmo iniciativas comunitárias em memória e Museologia social, museus comunitários, ecomuseus ou outras tipologias que transgrediram os pilares da Museologia convencional, ainda não questionam a violência e o direito à memória aos LGBT seja em seu edifício ou em seu território. (BAPTISTA; BOITA, 2017, p.134-135).

Sabe-se que as formas de expressão que compõem o quadro de categorias do que é/foi instituído como patrimônio cultural estão longe de incluir todas as possibilidades ou manifestações existentes.

Conforme Escobar afirma (2014, p.47-48), é fundamental lembrar que a ausência de musealizações das memórias negras, de modo geral, pode ser compreendida como uma recusa do que está instituído por lei. O fortalecimento das ideias de pertencimento e identidade são campos que devem ser afirmados e tomados como base na discussão sobre o patrimônio cultural brasileiro.

2.2 A Promoção da Igualdade Racial e o ativismo LGBT no campo das políticas públicas

Alguns avanços em termos jurídicos ocorreram, entre eles, é necessário lembrar que o Estatuto da Igualdade Racial foi instituído pela Lei 12.288/2010, do Governo Federal, garantindo direitos fundamentais à população negra, como

educação, cultura e promoção da igualdade racial³³. Ficou estabelecido que “a produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do país”. Partindo do pressuposto que os museus têm recursiva relação com a transmissão de informações, através das exposições e ações educativas, cabe a estes espaços uma ampla contribuição na fruição das nossas identidades e memórias.

As reivindicações acerca do duplo preconceito vivenciado pelos corpos LGBT de negros e negras já se faziam presentes em meados da década de 1980. Em 14 de março de 1981 é fundado o Adé Dudu – grupo de negros homossexuais na cidade de Salvador-BA. O militante negro gay Edson Santos Tosta (1953-2016) apontava para a existência de particularidades de discriminação contra o negro homossexual. No mesmo ano, o GNH-SP tornou público o texto “Falam os Negros”, no jornal Corpo editado pelo grupo Somos. As múltiplas vozes que compunham o Adé Dudu manifestavam contra as discriminações dirigidas ao grupo pelo fato de serem homens negros homossexuais. Em 1982, é publicado o ‘Diga aí, Bicha?’, documento no qual o grupo apresentou entrevistas de homens Negros Gays, com análise sobre as violências contra a comunidade.

Em 1984, o jornalista e pesquisador Hamilton Vieira apresenta uma comunicação sobre a história do Movimento Homossexual no Brasil, na qual ele analisa sua mobilização como parte da luta por direitos fundamentais e contra a ditadura, num evento organizado pelo Adé Dudu e Grupo Gay da Bahia, o II Encontro Brasileiro de Homossexuais. Até o seu falecimento, Hamilton Vieira, dedicou-se a projetos de educação antirracista no município de Lauro de Freitas-BA.

Cabe dizer, que a continuidade dessas ações estava implicada numa relação profunda com o poder e domínio das políticas vigentes. Naquele contexto, eram poucos os momentos em que o Estado se colocava em diálogo com a comunidade LGBT; pelo contrário, lamentavelmente, essas organizações eram alvo de repúdio, especialmente no contexto da Ditadura

³³ Ver Estatuto da Igualdade Racial http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

Civil-Militar no Brasil³⁴. Nesse sentido, nos impressiona a coragem política e pessoal dos militantes do Adé Dudu.

Infelizmente, após uma década, o grupo se desfez. Muitos militantes migraram para outros campos de atuação, outros faleceram, tornaram-se ancestralidade. Mas a experiência pioneira do Adé Dudu deixou sementes que brotaram, por exemplo, em 1995, quando, na mesma Salvador, surgiu o Quimbanda-Dudu, grupo de negros homossexuais ligados ao Grupo Gay da Bahia (GGB), que ao longo de uma década, mais ou menos, atuou em favor dos direitos humanos e contra o racismo, o machismo, a homofobia e também contra a epidemia do vírus hiv e da aids. (GOMES JUNIOR, 2021, p.1).

A fim de contribuir com a comunidade LGBT, surge a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais – ANTRA³⁵. Desde 1992, a ANTRA realizou ações em prol da vida e bem viver. Inicialmente ficou conhecida no Rio como Associação de Travestis e Liberados, a antiga ASTRAL. A missão da ANTRA é “identificar, mobilizar, organizar, aproximar, empoderar e formar Travestis e Transsexuais das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional a fim de representar nossa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos.” (Assembléia da ANTRA, Teresina-PI / Maio de 2009). Em todos esses anos a ANTRA tem promovido inúmeras campanhas informativas e pospostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transsexuais brasileiras, colaborando em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, intercambiando as experiências nas áreas de atuação de cada uma delas. Atualmente, a ANTRA é presidida pela ativista do Movimento LGBT, Keila Simpson³⁶.

Historicamente, a demanda pelo reconhecimento das nossas existências está presente em todas as siglas comunidade LGBT, muito antes que o debate

³⁴ A consolidação das políticas públicas no Brasil foi fortemente atingida em diversos níveis de governo, em outras palavras, planejar e construir políticas públicas com participação social não era uma possibilidade.

³⁵ Ver em <https://antrabrasil.org/sobre/>

³⁶ Keila Simpson é ativista do Movimento LGBT desde 1990. Líder da principal rede nacional que atua na defesa dos direitos humanos da população trans, a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA). Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexos (ABGLT). Foi presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT em 2013, ano em que recebeu da então presidenta Dilma Rousseff o Prêmio Nacional de Direitos Humanos pelos relevantes serviços prestados à população LGBT do Brasil. Nos últimos anos, coordenou o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT (CPDD LGBT), espaço que recebe denúncias de violações de direitos da população LGBT da Bahia.

chegasse nos museus. Os enfoques sobre as questões de gênero e sexualidade têm tensionado outros movimentos, no caso da relação da comunidade LGBT negra e o Movimento Social de Negras e Negros do Brasil, a crítica parte de dentro para fora. Concordo com a professora travesti Megg Rayara³⁷ (2019, p.168), quando questiona:

Por que o Movimento Social de Negras e Negros não me abraça? Por que não me ouve mesmo quando eu grito? Por que o Movimento Social de Negras e Negros continua ignorando de forma sistemática a situação de exclusão e violência que incide sobre as existências de travestis e mulheres transexuais negras?

Essa realidade está colocada para as identidades LGBT negras. A falta de apoio a nossa comunidade entre aqueles que deveriam ser nossos aliados nessa luta também é uma marca desse longo processo histórico de exclusão. Por essa razão, fora ou dentro da Museologia, no campo teórico ou prático, a revisão das relações entre identidades, corpo e memórias tem repercutido mais recentemente, emergindo num sentido de resgate pelas tantas memórias violentadas neste país. Afinal, quais vidas negras importam?

Segundo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO,

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL DA UNESCO, 2002).

Assim, é preciso traçar um projeto ontológico (MOMBAÇA, 2021), que inclua as nossas identidades, de modo que possamos colaborar diretamente contra a manutenção do poder das narrativas cis-heteronormativa LGBTfóbicas que nos silenciam.

O racismo se manifesta através de condutas individuais que promovem a discriminação racial nas suas mais variadas formas

³⁷ Megg Rayara Gomes de Oliveira foi a primeira travesti negra doutora em Educação no Brasil, título obtido na Universidade Federal do Paraná (UFPR), instituição na qual leciona nos setores de graduação e pós-graduação.

de violência ou através da atuação contundente de órgãos públicos e privados na expropriação da humanidade, do descarte de vidas e na mobilização desproporcional de violência sobre grupos sociais racialmente subalternizados. (PIRES, 2018, p.70).

As memórias LGBT negras são alvo dessas camadas de violências, em nome daquilo que foi configurado socialmente, politicamente e economicamente em nosso país. Por essa perspectiva, penso que o processo de formação da memória coletiva atrelado às nossas identidades foi concebido como uma experiência traumática. Desse modo, a reconstrução ou o abandono total de alguns estigmas sociais leva-nos a posicionarmos politicamente diante à memória social e operar nas lógicas excludentes da Museologia e dos museus.

Lentamente, tal como a história oral, o corpo enquanto presença, mas enquanto recurso e agenciador de memórias têm vindo a afirmar-se. Podemos reiterar a ideia do corpo enquanto um arquivo vivo, que além de possibilitar um processo de transmissão como sendo um fim (receptário e destinatário) é igualmente um arquivo de disrupção, que contraria a lógica selectiva e de poder (um contra-arquivo). (SALAZAR, 2020, p.35).

Afinal, a experiência de testemunhar as atualizações de nossas presenças e ausências é um exercício de adensamento ao campo órfico e visual, particularmente no deslocamento das nossas identidades nesse espaço criado pelas cartografias coloniais, assim, nossos testemunhos estão sufocados pelas amarras de uma “política do esquecimento” que não conseguimos até agora desmontar (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.3).

A necessidade de recordar ou esquecer está ligada à ideia de inscrição. Quando a nossa comunidade reivindica esse lugar de emancipação das narrativas sobre o corpo, o campo da memória pode ser lido como um processo do qual as representações são apenas uma parte deste processo.

É perceptível que há um ruído em meio aos silenciamentos das memórias negras LGBT's nos museus públicos, nos patrimônios e em todos esses monumentos³⁸ de fincados em nome de um pacto colonial. Sendo assim, evocar nossas memórias é parte à deriva. (LOPES, J.; OLIVEIRA, N., 2022, p.187).

³⁸ Monumento vem do latim, monumentum, derivado de três vocábulos latinos: monere, recordar ou lembrar; memini, lembrar-se; mementum, a lembrança ou recordação. Monumentum significa: sinal do passado; o que evoca o passado; o que perpetua o passado.

As reflexões acerca do racismo alinhadas à LGBTfobia parte de uma questão estrutural; as violências dirigidas às memórias LGBT negras são historicamente naturalizadas e não geram comoção pública. Sabe-se que o racismo se torna um modo de perpetuar o ciclo de privilégios e vantagens da branquitude, cujo silêncio é também pactuado por parte da população LGBT.

As instituições condicionam o comportamento dos indivíduos e, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes. Desse modo, os conflitos raciais também são parte das instituições, que são hegemônicas por grupos raciais (homens brancos cis heterossexuais) que, utilizando mecanismos institucionais, impõem seus interesses políticos e econômico. (RAMOS, 2020, p.34).

O Art. 9 do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero institui que “ninguém pode ser discriminado ou ter direitos negados por sua orientação sexual ou identidade de gênero no âmbito público, social, familiar, econômico ou cultural”; no entanto, essas lacunas podem ser percebidas no pensamento museal e na construção das políticas públicas para os direitos humanos.

Ainda que com diversas limitações, importantes iniciativas foram tomadas para combater as assimetrias existentes no país e para a promoção da população LGBT, neste sentido

É preciso ter coragem para confrontar um modelo ilusório de proteção dos direitos humanos, que pensa a violência de forma abstrata e eventual, para que possamos construir categorias jurídicas que sejam capazes de responder a violências concretas e permanentes, estruturais e estruturantes das (im)possibilidades de reconhecimento e exercício de nossa plena humanidade. (PIRES, 2018, p.68).

A primeira vez que um documento oficial do Poder Executivo brasileiro em prol da promoção de direitos humanos incluiu um item que demonstrava algum nível de preocupação em direção às pessoas com orientação sexual e identidade de gênero não hegemônicas foi em 1996, no I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). No texto, a palavra “homossexuais” era um grande guarda-chuva para identidades que, na verdade, não são homogêneas³⁹.

³⁹ Ver <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1904-13-maio-1996-431671-publicacaooriginal-1-pe.html>>

No ano de 2003, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) foi instituída pelo)⁴⁰, com o intuito de estabelecer os princípios da ação do Estado tendo em vista o objetivo de transformar a igualdade formal – ou seja, a igualdade de todos perante a lei – em igualdade de oportunidades e de tratamento para todos os grupos da sociedade brasileira, pelo combate às desigualdades e à discriminação racial, principalmente contra a população negra.

Neste mesmo ano ocorreu a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural⁴¹ do MinC, a Diversidade Cultural é finalmente implantada no Brasil e ganha atenção, na primeira gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural no âmbito do Ministério da Cultura.

É importante ressaltar que a criação da SID se deu na gestão Gilberto Gil, primeiro-ministro da Cultura negro, nomeado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Gilberto Gil, quando assumiu o Ministério da Cultura, afirmou: “temos fome e sede de cultura neste país, chegou a hora de valorizarmos o alimento espiritual”; e foi exatamente assim que o então Ministro da Cultura atuou (2003-2008), tratando a memória cultural brasileira, sobretudo dos grupos excluídos pelo Estado Nacional, com respeito e dignidade. Durante a sua gestão, Gil não só valorizou às diversas manifestações culturais no país, mas ampliou e articulou inovações no campo das políticas culturais de forma comprometida com as reivindicações de “minorias”, modificando estruturalmente o setor cultural no país.

Em 2004, houve um salto importante na proteção institucional das pessoas LGBT, com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, fruto de uma articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada. O Programa teve como objetivo “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a

⁴⁰ Ver <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.html>

⁴¹ A Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural tinha como objetivos garantir que os grupos e redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tivessem acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias tanto por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos quanto pela cultura popular. A pasta da secretaria foi extinta no dia 21 de maio de 2021 pelo governo vigente.

especificidade de cada um desses grupos populacionais”, mediante uma articulação entre diferentes ministérios e a sociedade civil.

O Programa Brasil Sem Homofobia previa uma série de instrumentos para a proteção das pessoas LGBT, que abrangiam áreas como a articulação política, legislação e justiça, cooperação internacional, direito à segurança, à educação, à saúde, ao trabalho e à cultura e políticas para a juventude, as mulheres e contra o racismo.

Mais tarde, em 2008, aconteceu a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), com o tema Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, na ocasião se reuniram uma comissão organizadora abrangente composta por 16 ministérios, a Frente Parlamentar pela Cidade GLBT e 18 representantes dos movimentos LGBT⁴², com a tarefa de elaborar o regimento interno da Conferência, orientar as conferências estaduais e acompanhar a organização da Conferência.

A adoção de uma Política Nacional LGBT, com o objetivo geral de “promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” também foi resultado de avanços no âmbito das políticas públicas para a comunidade.⁴³

Em 2012, é criado o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo⁴⁴, ou Museu da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo⁴⁵, enquanto Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual foi dada às seguintes atribuições:

- I – garantir a preservação do patrimônio cultural da comunidade LGBT brasileira, através da coleta, organização e disponibilização pública de referenciais materiais e imateriais;
- II – pesquisar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da comunidade LGBT brasileira e, em especial, paulista;

⁴² Dentre os 18 representantes GLBT, havia ativistas da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais); ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais); Coletivo Nacional de Transexuais; Articulação Brasileira de Lésbicas; Rede Afro GLBT; Liga Brasileira de Lésbicas; ABRAGAY (Associação Brasileira de Gays) e Grupo E-Jovem.

⁴³ Ver <bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>

⁴⁴ Ver <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58075-25.05.2012.html>>

⁴⁵ Ver <<https://museudadiversidadesexual.org.br/>>

III – valorizar a importância da diversidade sexual na construção social, econômica e cultural do Estado de São Paulo e do Brasil;
IV – publicar e divulgar documentos e depoimentos referentes à memória e à história política, econômica, social e cultural da comunidade LGBT e sua interface com o Estado de São Paulo.
(Art. 2º do Decreto nº50.941).

Três anos mais tarde, em 2015, foi instituído na cidade de São Paulo, o Programa TransCidadania⁴⁶, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. O objetivo principal do programa é de promover a reintegração social e o resgate da cidadania para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade. Ainda neste caminho, é preciso dizer que no ano de 2016, após o decreto nº 8.727⁴⁷, travestis e pessoas transexuais que desejam alterar o nome e gênero de registro na certidão de nascimento podem fazê-lo em qualquer cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do Brasil, sem a necessidade da presença de advogado/a ou defensor/a público/a.

Num cenário de avanços e retrocessos constantes, houve a necessidade de se lançar no dia 18 de junho de 2020, com 24 organizações nacionais que atuam na defesa e promoção dos direitos humanos da nossa comunidade, o Conselho Nacional Popular LGBTI. O Conselho é uma articulação de resistência em resposta ao avanço do conservadorismo sobre as instituições públicas que vêm eliminando políticas de promoção da cidade e de garantia de direitos da população LGBT, conquistadas pelos movimentos ao longo das últimas décadas.

As demandas e as lutas por emancipação social e reconhecimento da diversidade, hoje, no Brasil, extrapolam a esfera do Estado. Começam a indagar e a tensionar, também, uma parte do mundo capitalista que sempre fingiu não se importar com a relação desigualdade e diversidade. Há um movimento de pressão para que as políticas públicas e o mercado se abram à diversidade e a reconheçam não só como algo próprio do acontecer humano, mas como um direito. É a força dos movimentos sociais emancipatórios e dos coletivos sociais considerados diversos e tratados como desiguais incidindo sobre a sociedade. (GOMES, 2017, p.13).

⁴⁶ Ver <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55874-de-29-de-janeiro-de-2015>>

⁴⁷ Ver <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.html>

Neste sentido, a candidatura da empossada Érica Malunguinho⁴⁸, primeira deputada transexual, negra e nordestina eleita no país, significou um avanço não só para a comunidade LGBT do Estado de São Paulo, município no qual os índices de mortalidade de mulheres trans e travestis são os mais altos do país, mas para o cenário de fortalecimento das políticas públicas e enfrentamentos da comunidade LGBT.

A eleição de Érica aponta às parcelas conservadoras do país que nós, pessoas LGBT, temos capacidade e principalmente o direito de participar dos debates públicos que constroem e são construídos na política institucional. Tendo em vista que,

Como já sabemos, a política é um forte espaço de poder, por isso é estratégico para a população LGBT+ ocupar este espaço e ajudar a contribuir para que a sociedade brasileira seja cada dia mais democrática. No entanto, a ocupação não é sempre bem-vinda, pois boa parte das pessoas que estão há muito tempo no poder não desejam que as coisas mudem e não desejam dividir o poder. Estes grupos manifestam sua insatisfação com a presença LGBT+ na política através da violência política. (CARDOSO, 2022, p.28).

Assim, é fundamental lembrar que, em 14 de março de 2018, a ativista dos Direitos Humanos, coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa da Rio de Janeiro (ALERJ) e vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco⁴⁹, foi executada com quatro tiros, ao que tudo indica como forma de silenciamento, devido a sua luta em defesa dos direitos dos moradores de favela, mulheres, negros e negras, LGBT's.

Sua campanha foi um marco na história política da cidade. Com a bandeira de ser uma mulher, negra e favelada militante dos direitos humanos ela conseguiu o apoio de outros moradores de favelas, de intelectuais, de parte do movimento negros, de mulheres, de jovens universitários que viam naquela mulher tão diferente dos outros candidatos uma oportunidade de fazer outra política, de fazer outro mundo possível. Com o lema “Eu sou porque nós somos”, a campanha de Marielle articulava ideias muito importantes para nós, como a união, a representatividade, a possibilidade de ter na política alguém que não era como os políticos tradicionais. Dos cinquenta e um vereadores eleitos em 2016, apenas seis eram mulheres e apenas um, além de Marielle, era negro. A mudança que queríamos ver na política estava

⁴⁸ Erica Malunguinho é professora, deputada do Estado de São Paulo, atua na Luta Antirracista, Saúde, Cultura, Povos tradicionais, Comunidades de terreiro, Mulheres, População LGBTQIA+, População carcerária.

⁴⁹ Ver <<https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle?>>

expressa no corpo dela. (ROCHA, 2018, p.277).

Na Museologia brasileira, os professores-pesquisadores Jean Baptista⁵⁰ e Tony Boita⁵¹ lançam a Revista Museus e Memória LGBT⁵², que desde o seu lançamento no ano de 2013 tem fomentado ações de preservação, fomento e difusão da memória LGBT, além de auxiliar no enfrentamento de violência e a superação da homolesbotransfobia, o machismo e o sexismo (BOITA, 2018).

Em 2015, ocorreu o I Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT, no Rio de Janeiro, um marco neste novo movimento que abre caminhos na Museologia brasileira. Durante o desenvolvimento do evento, alguns profissionais da Museologia questionaram o nome do evento nas redes sociais, sem nenhum pudor. De fato, associar uma área tão clássica e erudita a grupos subalternos e marginalizados deve impressionar; mas não deveria, afinal a essência de trabalhar com os museus, a memória e o patrimônio é, acima de tudo, preservar o invisível (BAPTISTA; BOITA, 2017, p.139).

Em 2020, nasce a Rede Museologia Kilombola, uma organização na qual professores-pesquisadores e discentes negros, bem como museólogos e museólogas formados em distintas universidades brasileiras, “se apresentam promovendo ações que retomam através da análise crítica contextualizada e prática dos museus brasileiros, e da Museologia e suas áreas interdisciplinares, possibilitando reflexões sobre o direito a memória negra” (REDE MUSEOLOGIA KILOMBOLA, 2021). A Rede Museologia Kilombola tem sido um lugar importante para promover debates e conectar pessoas negras que tenham relação com a Museologia, advindas de territórios quilombolas, favelas e periferias, a fim de construir novos discursos no cenário museológico, e na desconstrução dos estigmas sobre a população afro-brasileira.

O pesquisador Rafael dos Santos Machado apresenta no seu trabalho de conclusão de curso no ano de 2019, uma análise acerca das práticas e ações de Museologia Social afirmativa, voltadas para a comunidade LGBT (Lésbicas,

⁵⁰ Jean Tiago Baptista é historiador e professor do curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

⁵¹ Tony Willian Boita é museólogo e professor do curso de Museologia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

⁵² Ver <<https://memoriaslgbt.com/>>

Gays, Bissexuais, Travestis e Trans), desenvolvidas na CasAmor de Aracaju/SE, pelo coletivo criador do espaço.

O artista e pesquisador Gabriel Luis dos Santos Macedo de Oliveira apresenta no seu trabalho de conclusão de curso no ano de 2021, a pesquisa intitulada “Memória para existir, poder para eternizar: a Parada Preta de São Paulo-SP como performance museal afetada e bruta, onde o autor analisa a Parada Preta de São Paulo-SP, apresentando as potências e possibilidades da comunidade LGBT negra.

A pesquisadora Geanine Vargas Escobar⁵³ propõe um projeto de Museologia Lésbica Negra que se pauta na construção inegociável da quebra dos “museus celebrativos da memória do poder” e na relação das dimensões entrecruzadas da problematização do racismo e da lesbofobia nos museus. O seu olhar está voltado as práticas de visibilização dos processos de autodefinição de experiências soterradas na colonialidade de gênero, raça e orientação sexual, tendo como foco a luta pela ampliação de epistemologias afrodiaspóricas, juntamente a um pensamento negro sexo-genérico dissidente e feminista na Museologia. (ESCOBAR, 2021 p.33-34).

O pensamento de Escobar se faz da maior importância, justamente quando compreendemos que os enfrentamos vivenciados por mulheres negras e lésbicas em contextos brasileiros, são atravessados por três eixos de opressão: raça, gênero e sexualidade. Em diálogo com a discussão apresentada por Vargas, a autora Fátima Lima acrescenta à discussão os silenciamentos das questões raciais, de mulheres lésbicas racializadas, seja no movimento negro ou no movimento LGBT reiterando o lugar que essas identidades foram colocadas na vida cotidiana,

As violências sofridas por lésbicas negras e racializadas em contextos ao Sul ainda são muito pouco visibilizadas, discutidas e enfrentadas. Marcadas pelo silêncio e pela dor, suas histórias são atravessadas por diferentes formas de violências que vão desde as práticas discursivas injuriosas ao estupro corretivo, espancamentos e assassinatos. (LIMA, 2015, p.68)

⁵³ Geanine Vargas Escobar é mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas e Doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro (PT).

Sob este aspecto, é interessante analisar os dados do Atlas da Violência⁵⁴ de 2021, no qual se demonstrou que pessoas negras são a maioria das vítimas, independente de orientação sexual e identidade de gênero, o que se verifica também nos indicadores de violências letais referentes à população geral. Chama atenção que a desigualdade de vulnerabilidade à violência entre pessoas negras e brancas seja maior em função de identidade de gênero do que de orientação sexual, sinalizando para o fato de que políticas públicas de focalização refinada das intersecções entre gênero e raça são fundamentais para o enfrentamento às violências que atingem ambos os grupos, mas que pessoas trans negras possuem necessidades que demandam ainda mais focalização (Atlas da Violência, 2021).

Em posicionamento de resistência aos processos de violência e exclusão, o Museu de Favela, Rio de Janeiro, se apresenta como uma organização não governamental privada de caráter comunitária, tendo como missão apresentar os modos de vida dos mais de 20 mil moradores das favelas, Pavão, Pavãozinho e Catangalo.

Em 2020, o museu acolheu o Projeto O Projeto Memória LGBT em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, tal proposta foi contemplada no II Programa de Fomento à Cultura Carioca. A iniciativa contemplará rodas de memória, oficinas, formações, exposição, publicações da RMLGBT, apresentações artísticas e Mapeamento e Inventário do Patrimônio Cultural LGBT na Favela.

Outro lugar de resistência que se fortaleceu com o avanço da museologia aplicada ao campo das políticas públicas é o centro cultural Aparelha Luzia⁵⁵, fundado em abril de 2016 pela ativista, artista, educadora e, já mencionada, primeira deputada estadual trans de São Paulo, Érica Malunguinho. O Aparelha insurge recuperando o valor simbólico e histórico do ativismo da comunidade LGBT negra no país.

O local se tornou uma referência importante para os corpos negros na cidade que buscam um espaço em que se sintam

⁵⁴ Ver <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>

⁵⁵ A Aparelha Luzia se configura como um espaço de convivência e de circulação de artistas negros, negras e negres. O seu nome Aparelha Luzia é uma versão feminina dos aparelhos, células de resistência contra a ditadura militar de 1964, e uma homenagem a Luzia, o mais antigo fóssil humano do Brasil.

confortáveis e acolhidos. A programação do local não é escolhida ao acaso; no Aparelha Luiza, sempre há a circulação de ideias negras com referência à cultura, à identidade e a histórias ancestrais. O pensamento crítico e político sobre a condição dos negros e dos LGBTQS+ é lembrada com frequência para trazer consciência para os presentes sobre a importância daquele espaço de resistência. (BATISTA, 2019, p.411).

À saber, entre os anos de 2009-2013, o ativista, filósofo e drag queen peruano Giuseppe Campuzano (1969-2013), criou o projeto Museo Travesti del Perú, uma tentativa de propor uma revisão crítica da história do Peru sob a perspectiva estratégica de uma figura ficcional que Campuzano chama de “travesti andrógino indígena/mestiço”. No qual, figuras transgêneras, travestis, transexuais, intersexuais e andróginas são postuladas como sujeitos centrais para qualquer interpretação da história.

Ainda sobre a memória de mulheres trans e travestis negras, o pesquisador Wallace Lino apresenta em seu artigo “Noite das Estrelas”, os antigos shows criados por LGBTQ do bairro Maré, no Rio de Janeiro, durante as décadas de 80 e 90. Nas palavras do autor, “a abordagem apresenta fragmentos da pesquisa desenvolvida pelo Projeto Entidade Maré⁵⁶ na costura de pensamentos de intelectuais negras e negros para estabelecer a Noite como material vivo das grafias e explosões do amor, cosmopoéticas e memórias negras LGBTQ+ faveladas”.

Vale salientar que nos acervos públicos federais, estaduais e municipais de salvaguarda da memória da comunidade LGBTQ no Brasil, a presença das memórias LGBTQ's negras são praticamente inexistentes. Nota-se que essa ausência reitera as lógicas excludentes da construção das políticas públicas e dos processos de musealização acerca das nossas identidades, assim evidenciando que o esquecimento das nossas memórias é sistêmico. Daí a importância de espaços como Aparelha Luzia para manutenção e visibilização das nossas memórias.

Há uma dinâmica perversa de anulação e aniquilamento das vozes que se colocam na linha de frente destes processos; as pessoas LGBTQ's negras são

⁵⁶ O Projeto Entidade Maré é uma plataforma *on-line* lançada junto com a 10ª Parada LGBTQIA+ da Maré, a primeira virtual em decorrência da pandemia. O projeto foi criado por Wallace Lino, Paulo Victor e Jaqueline Andrade. O objetivo central é trabalhar a escrita territorial com foco nas narrativas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTQIA+) das 16 favelas da Maré. Ver <<https://entidademare.com/>>

alvo de uma engrenagem assumidamente alimentada pelos discursos de ódio, inclusive proferidos por lideranças do atual Governo Federal.

Nessa agenda de retrocessos simbólicos e materiais no país, em 28 de junho de 2019, enquanto o movimento LGBT comemorava os eventos que geraram o Dia do Orgulho LGBT, o Governo Federal brasileiro, por meio do Decreto 9.883/2019, extinguiu o Conselho Nacional LGBT e o substituiu pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, destinado a indivíduos e grupos afetados por discriminação ou intolerância.

Com esse ato, a administração pública tornou invisível a população de lésbicas, gays, bissexuais, mulheres transexuais e travestis, homens trans e pessoas intersexos. Além de afastar as pessoas LGBT's das pautas do Conselho, o decreto prevê uma composição de apenas seis membros, dos quais apenas três representam a Sociedade Civil. É uma estratégia que limita a participação da população LGBT na política institucional do país, mediante o fechamento de canais que possibilitaram o debate sobre a vida política brasileira e seu impacto na vida dessa população.

2.3 Museus, monumentos e memórias LGBT negras

A discussão até aqui realizada nos leva a afirmar que as políticas culturais e demais políticas públicas para a população LGBT, quando articuladas conjuntamente dentro dos processos museais, resultam em relações efetivamente consistentes entre as partes.

Somos chamados a problematizar o papel da Museologia e dos museus brasileiros no cenário apresentado; logo cabe aos museólogos e sua participação nos processos decisivos e na gestão dos museus, considerar:

- I. Que os museus orientem seus discursos e planejamento institucional introduzindo a dimensão cultural das identidades LGBT negras;
- II. Que os museus desenvolvam mecanismos de fortalecimento das memórias LGBT negras e os lugares de memória dessa camada da população brasileira, como uma forma de contribuição ao processo de salvaguarda do patrimônio cultural da sociedade;

- III. Que os museus incluam no desenvolvimento de todas as suas atividades, a dimensão cultural das identidades LGBT negras para fortalecer essas memórias, a fim de promover a difusão dessas narrativas;
- IV. Que os museus promovam, a partir da educação e da mediação, a cultura LGBT negra, superando a visão artística para entender que a cultura dá sentido a formação dos cidadãos, e por fim, a formação das memórias coletivas;
- V. Que a Museologia, como campo de conhecimento das ciências sociais aplicadas, impulse a avaliação dos processos culturais da população LGBT negra brasileira como caminho para revisar a construção do pensamento museológico e medir o seu impacto na atuação dos(as) futuros(as) museólogos(as) do país.;
- VI. No que tange a política de aquisição e descartes dos museus, é fundamental que os museus históricos brasileiros implementem mecanismos de acolhimento de recebimento de acervos pessoais dessa população;
- VII. Que a Museologia, no Brasil e na América Latina, promova o incentivo a monumentalização das memórias LGBT negras, nos lugares públicos de memória, como forma de ação de integração social e de reparação histórica em prol dessas comunidades.

A monumentalização das memórias LGBT negras no espaço público podem dar visibilidade ao legado da memória cultural da nossa comunidade. Os monumentos, podem, portanto, funcionar como o “o coração vivo da memória” (NORA, p.26 1993).



Figura 3. Vista do Stonewall Inn em Greenwich Village, Nova York. Imagem de Getty Images

Este movimento de revisionismos dos monumentos, pode ser visto em diferentes partes do mundo, destaca-se o Stonewall National Monument, presentificado no Greenwich Village de Nova York. A iniciativa partiu do The National Park Service⁵⁷ of New York, no seu aniversário de 100 anos, através de um programa específico intitulado Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer (LGBTQ) Heritage Initiative, em 2014, com o objetivo de identificar lugares e eventos associados à história de americanos LGBTQ. Desde 2016, Stonewall National Monument, é considerado o primeiro parque nacional da América dedicado à história LGBTQIAP+.



Figura 4. Busto de Marsha P. Johnson esculpido pelo artista Jessie Pallotta no Christopher Park, parte do Monumento Nacional de Stonewall em Nova York, bem em frente ao Stonewall Inn. Imagem de Eli Erlick

Os monumentos públicos garantem que a representação de pessoas LGBT estimulem a discussão acerca da comunidade LGBT negra, garantindo visibilidade às nossas histórias e a educação, denunciando os diferentes tipos

⁵⁷ Ver <<https://www.npca.org/advocacy/5-a-national-park-for-stonewall>>

de violência atribuídas aos nossos corpos e, assim, ampliando o debate público no combate às mesmas.

Em termos gerais, a participação das nossas narrativas discursivas no campo museal e no patrimônio histórico-cultural, sob vias democráticas, representa a ampliação das possibilidades de práticas na atuação no campo cultural. Nesse sentido, será a partir de políticas permanentes e mutuamente estimuladores que os museus poderão se colocar efetivamente como organismos transformadores e que executam dentro de seus processos internos os direitos culturais.

Os direitos culturais são aqueles direitos atinentes às artes, à transmissão de conhecimento e a memória coletiva, havendo em todos esses uma relação entre o passado, o presente e o futuro. Desse modo, podemos conceituar os direitos culturais como sendo aqueles referentes às artes, à memória coletiva e à transmissão de saberes, que asseguram o conhecimento e o uso do passado, interferindo no presente e possibilitando planejamentos para o futuro, do mesmo modo a serviço da dignidade humana. (CUNHA FILHO, 2011, p.121).

Segundo o autor as políticas culturais devem criar condições para que o pluralismo cultural se faça visto, sendo os museus espaços que promovem o acesso à cultura de diferentes grupos sociais. Em síntese, as identidades LGBT negras devem se fazer presentes no processo de formulação e definição das diretrizes, dos programas públicos e projetos. Logo, podem assim garantir a possibilidade de propiciar o diálogo entre os museus e seus públicos. Nas palavras de Judite Primo:

Apesar de parte dos profissionais da museologia contemporânea tentarem através da actuação e militância, aplicar o binómio de integração: comunidade/museu, uma visão tradicional ainda sobrevive contrapondo-se as mudanças de percepção do mundo e, nesta visão onde o social ainda não é privilegiado, questões como bem cultural e cidadania ainda são entendidos de forma elitista e excludente. (PRIMO, 1999, p.30).

Repensar a natureza dos processos que permeiam a gestão museológica e o impacto das políticas públicas como forma de explicitar o que está implicado não apenas nos programas que visam à elevação dos padrões em museus – nos planos de desenvolvimento para museus, nas estruturas legais de museus, ou nas formas de captação de recursos para que essas instituições se mantenham

em pé – mas principalmente no que concerne à realidade desses campos de estruturação nas lógicas de memória e cidadania, é um dos desafios presentes na contemporaneidade dos museus.

3. Poéticas políticas para o não esquecimento

“Por que sou levada a escrever?
Porque a escrita me salva da
complacência que me amedronta. Porque
não tenho escolha. Porque devo manter
vivo o espírito de minha revolta e a mim
mesma também. Porque o mundo que crio
na escrita compensa o que o mundo real
não me dá. No escrever coloco ordem no
mundo, coloco nele uma alça para poder
segurá-lo. Escrevo porque a vida não
aplaca meus apetites e minha fome.
Escrevo para registrar o que os outros
apagam quando falo, para reescrever as
histórias mal escritas sobre mim, sobre você
[...].”

Gloria Anzaldúa⁵⁸ (1942-2004), em *Falando em línguas: uma carta para as mulheres do terceiro mundo*.

A escrita do corpo através da arte, durante séculos, não foi associada as nossas identidades LGBT negras; isso não significa, contudo, que nunca estivemos aqui. O exercício de revisarmos os cânones na História da Arte tem sido uma tarefa de muitos(as) de nós. É fato que sempre houve artistas LGBT negras/es/os que compartilharam uma consciência radical política; “trata-se... de uma escolha pautada na tentativa ética de estar no mundo” (PEDRONI, R.; VIEIRA, M, 2019, p.438).

A experiência para nossas existências na arte pode ser lida como um movimento de libertação, mas sobretudo de fazer história, para que aqueles que virão possam acionar as nossas memórias para lutar contra todos os tipos de opressão. Neste sentido, reverberar os nossos desejos para fora da nossa comunidade é um modo de encararmos as nossas próprias experiências e inevitavelmente criarmos condições de vida.

As narrativas artísticas de Castiel Vitorino Brasileiro (1996), Jota Mombaça (1991) e Katita Mamba Negra (1996) partem de uma escrita que se

⁵⁸ Glória Evangelina Anzaldúa foi uma escritora lésbica norte-americana da teoria cultural chicana, teoria feminista e teoria queer.

traduz através do corpo, a escrita de um corpo que enuncia a presença para se fazer lembrado. As subjetividades produzidas através da enunciação elucidam o direito de permanecer, num movimento radical de resposta aos processos de aniquilamento no qual as suas identidades foram colocadas com alvo.

Aqui, a arte, radicalizada na imersão do contexto, cria outras instâncias de inteligibilidade e de leituras do mundo, assim como produz e participa de qualidades de resistência próprias. A dimensão política do fazer artístico, nesse viés, não diz respeito necessariamente a participação militante em determinada causa ou mobilização, ainda que isso por vezes ocorra naturalmente. O que está em jogo é a análise crítica da responsabilidade social do campo de conhecimento em arte e seus modos particulares, e por isso mesmo imprescindíveis, de compreensão da realidade e sua superação. (PEDRONI, R.; VIEIRA, M, 2019, p.441).

Desobedecer é a regra. Enfrentar uma luta desigual no qual as lógicas de dominação do Estado operam em ações distintas que se configuram num jogo de repressões. Me parece que hoje, no Brasil, existe uma agenda extremamente vinculada ao sistema de aparelhos ideológicos do Estado. Para a professora Thula Pires (2018):

Levando em conta os efeitos do colonialismo jurídico, defende-se que só faz sentido pensar em ações estratégicas com o uso do direito (usando o direito contra o direito) se estamos pactuados com as limitações desse campo. As potencialidades dos direitos humanos só fazem sentido se entendidas a partir das representações sobre o humano que define os próprios contornos da proteção jurídica. A cruel realidade dos que vivem na zona do não ser não evidencia violação de direitos, mas a mais bem-acabada aplicação do direito (e dos direitos humanos), nos termos em que foi construído para atuar e para os sujeitos para os quais ele foi pensado para funcionar. (PIRES, 2018, p.67).

Em um país como o Brasil – cujas estatísticas nos apresentam as vidas de LGBT negras como àquelas eleitas para morrer, os ruídos através dessas memórias evocam na arte o desejo de autonomia de criação das suas próprias narrativas, assim, incidindo sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos, institucionais e epistemológicos.

A extensão da lógica de apagamento e violência simbólica acerca das memórias LGBT negras, mas não só, perpassa também o campo da História da Arte do Brasil; a ausência dessas narrativas nas instituições de ensino e fomento à cultura é visível, reafirmando a ideia de que produzir o esquecimento é um

mecanismo das narrativas hegemônicas para instaurar uma história unívoca. Como nos lembra a professora, pesquisadora, curadora e artista Renata Felinto:

No que tange ao sistema da arte essa palidez, essa ausência dos assuntos que dizem respeito às negras e negros é evidente, desde o acesso à educação em artes visuais, seja do ponto de vista da formação humana quanto do da formação profissional; do acesso aos meios de criações artísticas; das formas de exibição, comercialização, escritas e registros dessas criações e acontecimentos; bem como os instrumentos de análises e de abordagens que, por vezes, desconsideram e negligenciam os contextos históricos e sociais de inserção da pessoa negra no Brasil. (FELINTO, 2019, p.343).

Felinto chama atenção para a teoria e a prática da democratização dos acessos aos meios de representatividade, à visibilidade e à diversidade no âmbito das Artes Visuais no Brasil. Sua crítica põe o dedo na ferida ao problematizar como essa história foi escrita e para quem foi escrita.

As artistas em foco neste estudo revelam os limites do que foi imposto aos corpos, sugerindo outras possibilidades para si e aos processos do sistema da arte, “ali onde a história se esforça em colocar o passado a distância, a memória busca fundir-se nele”. (CANDAU, 2021, p.132). É neste sentido que a arte se instaura como campo de desdobramentos do trauma colonial, num fluxo onde essas vozes são potencializadas por um discurso radical. Os gestos emergidos por essas artistas se apresentam em atos viscerais, seguindo não apenas um viés estético, mas também o lugar onde o presente é reconfigurado e colocado em questão.

Dessa forma, a introdução do estudo dessas produções também contempla a contextualização e o alcance da dimensão de apartamento do povo negro em relação a uma gama de direitos, e que mesmo ser artista, que remonta um pensar e fazer inerentes à condição humana, torna-se um enorme desafio visto que além dessas condições básicas de existência, há um sistema que legitima (ou não) quais obras são relevantes, quais obras podem ou devem ser expostas como comercializáveis, quais biografias agregam valor às obras, etc. (FELINTO, 2019, p.349).

Ao pensarmos nas práticas artísticas de Castiel Vitorino Brasileiro (1996), Jota Mombaça (1991) e Katita Mamba Negra (1996) é necessário adentrarmos a um campo órfico e ontológico de imaginação radical. Existe um campo de

tensão que situa uma linha tênue entre o dizível e o indizível, um lugar no qual essas identidades reivindicam aspectos das assimetrias presentes na História. Assim, elas rompem com os limites que as estruturas sociais impõem à linguagem: “a questão é que a linguagem ao mesmo tempo em que confere, que possibilita uma existência, ela também a ameaça” (MUNIZ, 2009, p.29).

A via de mão dupla das encruzilhadas em que essas artistas restituem suas próprias humanidades interseccionam o território das práticas rituais estreitando a relação com as imagens do inconsciente e as fronteiras físicas e ideológicas. Neste sentido, o corpo-encruzilhada da artista Castiel Vitorino Brasileiro (1995) carrega uma noção de tempo-espaço espiralar que, como aponta Leda Maria Martins (2021, p.63) compreende a dimensão performativa num movimento que retorna, restabelece e também transforma, e que tudo incide.



Figura 5. Castiel Vitorino Brasileiro; Eclipse, Espaço Percível de Liberdade, 2021. Imagem de Evan John



Figura 6. Castiel Vitorino Brasileiro; Eclipse, Espaço Percível de Liberdade, 2021. Imagem de Evan John

Na obra Eclipse⁵⁹, a artista Castiel Vitorino Brasileiro se apresenta numa dimensão de temporalidade Kalunga,

“[...] um logos circular (o fim é a origem, a origem é o fim), que se subtrai às tentativas puramente racionais de apreensão enquanto algo de fundamental de que não se recorda nem se fala, mas não falta, pois se simboliza no culto [...] aos princípios cosmológicos e aos ancestrais”. (SODRÉ, 2017, p. 97).

A escolha pelos materiais carvão, sal e água numa proposta de reorganização de um espaço circular dão conta de narrar o lugar em que o corpo da artista habita, um tempo espiralar. Nessa ambiência, mais precisamente no espelho d'água que a artista criou, acontece a projeção da imagem de Castiel, desta vez ondulante, em espirais que emanam as suas forças e energias vitais, materializando o seu espaço percível de liberdade. Para Martins (2021):

No âmbito desse pensamento e perspectiva, Kalunga, o princípio-deus-da-mudança, é a força em movimento, e, por causa disso, nossa Terra e tudo nela estão em perpétuo movimento. (MARTINS, 2021, p.207).

A cultura afro-diaspórica, com todo seu arcabouço ancestral, é indispensável para situar o papel dessas obras no contexto histórico, na permanência dos ruídos que ressoam fora das salas dos museus. Por outro lado, o desdobramento dessas práticas artísticas revela muitas vezes o modo como os museus têm deslocado essas narrativas. Eclipse, Espaço Percível de Liberdade, enquanto processo dialético entre o ser e a impermanência da obra no mundo, partilha uma condição que possibilita o público pensar a relação das memórias da artista em Kalunga, a partir de uma perspectiva dual, que em parte se localiza no espaço invisível (orun) e em outra parte no visível (aiê).

Pela ótica da temática central deste trabalho, que questiona o apagamento das memórias LGBT nos museus e nos cânones da cultura, esses atos performativos em deslocamento colidem com a hegemonia social, sexual e

⁵⁹ O termo é derivado do termo grego antigo ἔκλειψις, do verbo ἐκλείπω, "deixar para trás", uma combinação do prefixo ἐκ-, das preposições ἐκ, ἐξ, "fora", e o verbo λείπω, "deixar".

ideologias conservadoras; a performance recai nessas inter-relações pelas quais os corpos são percebidos num cenário em que,

A linguagem tem uma possibilidade dupla: pode ser usada para afirmar a universalidade verdadeira e inclusiva das pessoas, ou pode instituir uma hierarquia em que somente algumas pessoas são elegíveis para falar, e outras, em virtude de sua exclusão do ponto de vista universal, não podem “falar” sem desautorizar simultaneamente sua fala. (BUTLER, 2016, p.209).

Para a autora, o processo de exclusão pelos meios discursivos no qual o patriarcalismo impede que outras identidades assumam o controle de suas próprias narrativas, essas corporeidades só são elegíveis para levantar à voz quando rasuram as normas regulatórias que mantém as hierarquias. Neste sentido, “nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente e anticolonial da violência, porque a norma é o que se nomeia, e nisso consiste seu privilégio” (MOMBAÇA, 2021, p.75). É importante lembrar que na Museologia, e nos museus, as categorias de gênero sempre permearam os processos de colecionismo. Assim, a Museologia e os museus podem também ser entendidos como espaços elegíveis para construção de projetos e ações que mobilizem a sociedade, positivamente, sobre as identidades e memórias LGBT.

Os museus significam relações de poder ao preservarem referências culturais e o fazem numa esfera muito influente que é a simbólica. Essa esfera simbólica atua no reforço de convenções socialmente aceitas, produzidas e reproduzidas. Essa esfera simbólica também tem um papel importante na modelagem de identidades individuais e coletivas, inclusive nas de gênero. A política da masculinidade também é uma convenção socialmente aceita, de caráter simbólico, portanto essa política passa como verdade na medida em que é naturalizada e não questionada. (OLIVEIRA, 2018, p.21).

Se o patriarcado, no Ocidente, cumpriu historicamente sua função de demarcar, categorizar, diferenciar, violentar os corpos sempre de modo punitivo sob um olhar limitado a visão binária, é necessário reconhecer que, ainda hoje, a Museologia e os museus fundamentam muitos de seus processos a partir dessas categorias que tanto questionamos. Fato é que a tensão presente nos discursos de gênero e sexualidade dinamiza as articulações entre os elementos

ou incorporações presentes nas narrativas negras, como variantes de uma certa homogeneização das práticas performativas que se operam no limite do risco.



Figura 7. Jota Mombaça; NÃO VÃO NOS MATAR AGORA; 2018; 120'; Performance. Imagem de José Frade.

A performance intitulada NÃO VÃO NOS MATAR AGORA, 2018 da artista Jota Mombaça (1991), tem o título inspirado na escrevivência⁶⁰ da escritora Conceição Evaristo⁶¹. Nesta ação, Mombaça realiza a construção de facas artesanais com materiais precários como galhos, cacos de vidros e barbante vermelho. A escolha desse objeto na ação é um modo de criar uma metáfora para o que ela tem proposto como redistribuição da violência. Neste sentido, o objeto cortante se inscreve em uma estratégia simbólica de autodefesa, mas também de possibilidade de reinvenção de novos mundos. O fato de ser um objeto cortante, cuja forma e técnica de construção alude a uma lança ou arma “pré-histórica”, sugere que novos mundos nasceram de histórias de violências, e para isso muitas vezes outros mundos ou foram cortados. A obra problematiza o rasgo, o corte e o risco como elementos presentes nas tensões entre arte e política. Pela perspectiva crítica atual, e que mais interessa a essa discussão, a obra fala de processos de ruptura, luta, sobrevivência e resistência, o que pode

⁶⁰ O conceito de Escrevivência foi cunhado pela escritora negra brasileira Conceição Evaristo. O termo aponta para uma dupla dimensão: é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta.

⁶¹ Conceição Evaristo é linguista, professora e escritora negra brasileira.

ser problematizado pelas noções de corpo, gênero, raça, sexualidade e epistemicídio presentes na luta LGBT⁶².

NÃO VÃO NOS MATAR AGORA, nesse sentido, é um modo de enunciar o que se opera a partir do risco, desse lugar à margem no qual a artista está inserida. A narrativa sobre a violência, a morte, é uma constância na prática de Mombaça. No país em que o índice de mortalidade contra pessoas trans e travestis ocupa o ranking mundial de assassinatos, a denúncia de Mombaça, por meio da arte, é de extrema importância. A sua prática artística não só borra o discurso hegemônico reproduzido pelos espaços institucionais, mas reestabelece as possibilidades de vida. Assim, a urgência em visibilizar os paradoxos acerca do corpo de mulheres negras é um papel fundamental na construção da memória social da comunidade LGBT.

Não abandonar a si mesmo, não ceder à renúncia da sua própria identidade e não permitir que se complete o destino programado de extinção de qualquer rastro de memória sobre o seu passado têm sido, sem dúvida, o grande legado que a existência negra tem construído ao longo dos séculos de história do Brasil. Foi em face de si, assegurando-se na capacidade intrínseca humana de produzir sentido, que enunciar-se ganhou status, para muitos, de prática de vida. (LIMA, 2017, p.68).

A obra de Mombaça carrega em si aspectos do passado que constituem o presente. Nesse sentido, as lógicas de controle na diáspora operam de um modo em que os vestígios da memória são intencionalmente soterrados pelos limites impostos às nossas identidades. E essa tensão nos constitui enquanto comunidade LGBT negra em diáspora e, dessa forma, “o corpo não é apenas a sua materialidade, mas igualmente tudo que o cerca e o constitui, bem como os discursos que representa e que o formam” (GOMES JUNIOR, 2020, p.20). As identidades LGBT negras em diáspora se anunciam num modo de ser que

⁶² O conceito de Epistemicídio é proposto pela filósofa, escritora e ativista negra do Movimento Social Negro Brasileiro e fundadora do Géledes – Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro. No qual ela define que, “o epistemicídio se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro” (Carneiro, 2005). CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

produz avivamentos prolongados na gravidade, que são capazes de instaurar na História um levante sobre os escombros coloniais.

Se a performatividade é com frequência associada ao desempenho individual, pode se provar importante reconsiderar essas formas de performatividade que operam apenas por meio das formas de ação coordenada, cujas condições e cujo objetivo são a reconstituição de formas plurais de atuação e de práticas sociais de resistência. (BUTLER, 2019, p.15).

Já em meio às batalhas Voguing, nasce Katita Mamba Negra (1996), performer, natural de Cristalina, Góias. A artista é uma das principais precursoras do *Movimento Voguing Ballroom Brasil*. Através da gestualidade de seu corpo, a *Legendary*⁶³ Mother da House Of Mamba Negra reencena a memória daquelas que a antecedem no movimento *ball culture* – pulsando ao som das batidas dos *beats* do Vogue, Katita performa a sua história de orgulho e resistência.

Energia é uma palavra fundamental para compreender o Vogue. A trama criada pelas performes em cena se articulam num jogo de batalhas no qual as particularidades de cada identidade lançam luz ao espaço em que essa dança acontece. Em *Dançando para resistir, 2022*, a performer e Mother da House Of Mamba Negra Katita Mamba Negra conta os seus primeiros passos no movimento *Ballroom Brasil*.

Protagonista da sua própria história, Katita performa em diferentes espaços da cidade projetada para ser capital do país, a concreta Brasília. O corpo da artista juntamente com os outros membros da House dança em diferentes planos da cidade, cuja alegoria da modernidade é apresentada através da sua arquitetura e nos bastidores que antecedem um *ball*. A possibilidade de operar sob as margens da cidade é, por si só, um mecanismo de poder. A informação contida no corpo da artista, os elementos apresentados em suas apresentações reafirmando o domínio do tempo, sustentando na pele um fio de informações ancestrais que necessitam de enormes quantidades de energia para serem trasbordadas, é o que há de mais transgressor nos limites da sua pele.

⁶³ O título de *Legendary* é atribuído as pioneiras da cena *Ballroom*.

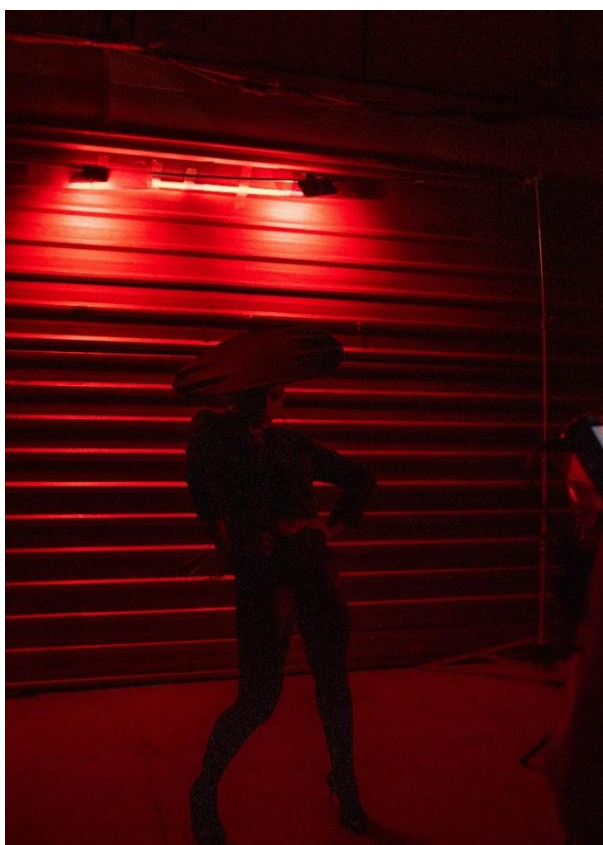


Figura 8. Katita Mamba Negra in making of do video “Dancing to Resist⁶⁴, 2022”. Imagem Cortesia da artista

A Ballroom tem origem data em meados dos anos 1970, na cidade Nova York, tendo como um dos principais precursores Crystal LaBeija⁶⁵ e Willi Ninja. No documentário Paris is Burning⁶⁶ Ninja, descreve o *voguing* como *throwing shade*⁶⁷, fato é que Vogue é muito sobre contar a história de alguém através do movimento, uma cultura LGBT baseada em práticas de performances,

⁶⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZhnpF5DQ3lw>

⁶⁵ Crystal La Beija, nasceu em 1930, era uma mulher trans negra, drag queen e ativista do Movimento LGBT. Fundadora da House of LaBeija, em 1968. A House é frequentemente creditada como o início do sistema de houses na cultura do baile. LaBeija, se tornou uma figura materna para centenas de jovens LGBT em situação de vulnerabilidade socioeconômica em Nova York.

⁶⁶ O filme ‘Paris is Burning’ gira em torno da classe marginalizada da cena queer de Nova York e das drag balls frequentadas por personalidades icônicas e extravagantes da comunidade afro-americana, latina, gay e transgênero. Este filme pode ser considerado como um levante da comunidade queer dentro de um contexto que celebrava e fortalecia o orgulho dentro de uma cultura oprimida. Disponível em <https://mubi.com/films/paris-is-burning>

⁶⁷

competições e estruturas de apoio social. Logo, a *ballroom* pode ser lida como um território de convivência LGBT.

Segundo Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator o territorializa, neste sentido,

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...]. (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Isto posto, pode-se dizer que o território *ballroom* é um espaço híbrido em que os sujeitos estabelecem com o espaço um diálogo entre os limites e as fronteiras que existem no ato da ocupação. Assim, poder e território ocupam uma mesma lógica, acima de tudo, no desejo dessas subjetividades em construir uma narrativa a partir de múltiplas realidades.

Retomo as palavras de Beatriz Nascimento para lembrar que a construção desses sujeitos negros em diáspora metaforicamente se apresenta como uma reinvenção do que a autora propôs como quilombo. Considerando o corpo como um território, logo, “quando eu estou, eu sou” (ÔRI, 1989, s.p.).

No Brasil, esse território aqueerlombado⁶⁸ acolhe essas práticas com intuito de fortalecimento dos processos identitários e enaltecimento da cultura negra LGBT. As *ballrooms* no Brasil acontecem em todos os estados do país, nos quais pessoas LGBT se reúnem e performam em algumas categorias; os vencedores recebem troféus e ganham prestígio dentro da cena. Esse movimento, no Brasil, surge em meados de 2016, e torna-se o refúgio das existências mais marginalizadas dentro do movimento LGBT.

O sujeito que emerge entre as rachaduras do urbano, movendo-se para além e aquém dos passos que lhe teriam sido pré-atribuídos, é o sujeito político pleno. Para esse sujeito, a questão fundamental é recapturar uma nova ideia, uma nova imagem e uma nova noção coreográfica de movimento. A pergunta comum que os confrontos políticos do contemporâneo global (e, apesar da singularidade histórica, geográfica de cada um) nos colocam hoje é: o que, de fato, é um movimento verdadeiramente político?

⁶⁸O termo aqueerlombado é uma variação ressignificada da palavra aquilombamento, utilizada pela comunidade LGBT negra no Brasil.

Os gestos que pulsam na pele de Katita numa batalha de vogue friccionam os espaços da cidade ao mesmo tempo que estancam as linhas abertas das hierarquias coloniais. Os desencadeamentos circunscritos pela sua narrativa confrontam os veios que traçam os limites da pele nas ruas. A necessidade de se fazer, num certo sentido, escuro, através do retorno daquilo que opera no risco, reflete em projeções que denunciam todos os campos de extermínio em que nossas identidades foram colocadas como alvo. É neste lugar de ação que a imagem aciona o limite fugaz sobre o que se anuncia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lembrança é uma forma de justiça. Uma vez que, através da salvaguarda e preservação das memórias, os sujeitos podem fortalecer suas subjetividades, processos identitários e experiências no presente, ao ponto que a historicidade da comunidade LGBT negra seja acessada como uma forma de ação política e de reparação simbólica do trauma.

A memória sempre evoca o outro. É o traço do pertencimento a algo que vai além do próprio sujeito em seus limites interiores. A subjetividade só se constitui a partir do outro, que comunica ao indivíduo a sua própria existência e a ele revela a autoconsciência. O mundo e a humanidade só são significados a partir desse pertencimento coletivo, do qual as marcas, os ritos e os lugares de memória provocam a lembrança e fortalecem a própria identidade. (SILVA FILHO, 2015, p.14).

No campo da Museologia e dos museus, no que tange o campo das diferenças identitárias, o exercício de equiparação é um passo importante para que no plano da memória social e simbólica as histórias ocultadas da comunidade LGBT negra possam ser visibilizadas garantido o direito à memória.

O direito à memória trata da proteção da dignidade da pessoa humana, apresenta características próprias de direitos fundamentais, tendo o seu fundamento baseado no princípio da dignidade da pessoa humana. Por apresentar uma interpretação, este reconhece princípios básicos necessário para subsistência humana. Neste sentido, o impacto das ações dos atores que

estão à frente das instituições museológicas por meio de políticas de inclusão certamente contribui para a democratização do acesso às memórias invisibilizadas nas esferas públicas da cidadania.

As formas de exercício da cidadania sobre o campo da memória coletiva de um grupo, neste caso, da população LGBT negra, presume sobretudo a preservação e transmissão dessas histórias. Assim, a tentativa de diminuição das assimetrias sociais no plano da memória deve estar associada à uma construção dialógica; afinal, a identidade não nos é dada, mas a negociamos – daí a importância das lutas sociais empreendidas para obter o reconhecimento dos outros significativos (CORTINA, 2005, p. 156).

Spivak não nos deixa esquecer que, nas tramas das políticas hegemônicas, as pessoas políticas, econômica, epistêmica, cultural e socialmente vulneráveis – os/as subalternos/as – não constituíram um sujeito capaz de conhecer e falar por si mesmo (SPIVAK, 2010, p.61). Neste sentido, o diálogo, portanto, deve ser uma via de comprometimento com esses sujeitos colocados à margem das tomadas de decisão, para que possam enunciar, nas lacunas dos museus, as suas próprias narrativas e modos de ver sem correrem o risco de serem silenciados pela estrutura dos museus.

Contudo, os avanços e retrocessos observados nas políticas públicas voltadas aos direitos humanos, à diversidade cultural e ao fortalecimento da cidadania, os processos e ações inclusão da população LGBT se mostram ínfimas, sobretudo no que tange a garantia e proteção das nossas memórias. Entretanto, há se reconhecer e valorizar as recentes medidas que buscaram fortalecer o marco legal de proteção dos direitos LGBT no Brasil, surgindo e se reproduzindo, na própria comunidade, a força para garantir os direitos fundamentais.

[...] a promoção de valores e práticas de respeito à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero seguramente é um mecanismo importante para que diferentes grupos sociais passem a ter uma visão de mundo menos heteronormativa, o que amplia as possibilidades de formação de uma opinião pública mais favorável, inclusive, à aprovação de leis que assegurem cidadania plena à população LGBT. (MELLO, L., BRITO, W., & MAROJA, D., 2012, p.425).

No que concerne a fundamentalidade dos direitos humanos, as políticas públicas para a população LGBT, quando articuladas como construções coletivas, visam suplantar as lógicas excludentes, resultando numa relação efetivamente consistente entre as partes. Por fim, a Museologia e os museus têm uma longa jornada à frente na defesa pela implementação e promoção de novas estratégias em prol da população LGBT. A inclusão das memórias LGBT negras não pode se restringir aos discursos ou debates; deve estar garantida como forma de proteção e promoção dos direitos às nossas identidades no plano da memória social brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BATISTA, P. C. (2019). **O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição**. *Revista Extraprensa*, 12, 377-396. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>.

BAPTISTA, Jean, BOITA, Tony. **Memória e Esquecimento LGBT nos Museus, Patrimônios e Espaços de Memória no Brasil**. *Revista do Centro de Formação e Pesquisa e Formação*, n. 5. 2017. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11547_JEAN+BAPTISTA+E+TONY+BOITA.

BAPTISTA, Jean, BOITA, Tony. **Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil**. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, 2017. Disponível em: <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/05Artigo07TonyJean.pdf>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; traduzido por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. 4 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DE OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. **Por que você não me abraça?** SUR 28 - v.15 n.28, p. 168. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>.

CALABRE, Lia. **O lugar das políticas culturais na contemporaneidade**. *Revista Contemporâneos*, nº 18, set-fev, 2018. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Lia-Calabre-Contemporaneos-1.pdf>.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**; tradução Maria Leticia Ferreira.- 1. ed., 7ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2021.

CARDOSO, Evorah. **A política LGBTQ+ brasileira: entre potências e apagamentos** / Evorah Cardoso. – São Paulo: #VoteLGBT, 2022. Disponível em:

https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/62839ef52f76f546de002ce0/1652793081067/220517_vote_relatorio_2022.pdf.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura** / Marilena Chaui – 2. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

CUNHA, Marcelo B. **Museus brasileiros e a construção de imagens sobre o negro**. In: Carvalho, Aline (Org.), Vasconcellos, Camilo de M. (Org.), Funari, Pedro P. (Org.). *Museus e Identidades na América Latina*. São Paulo: Annablume/ Unicamp, 2015.

CUNHA FILHO, F.H.. **Integração de políticas culturais: entre as ideias de aliança e sistema**. In: Lia Calabre. (Org.). *Políticas Culturais: teoria e práxis*. 1ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Itaú Cultural e Casa de Rui Barbosa, 2011, v.1, p.118-129.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITIUK, Rixanne (Ed.). *The Public Nature of Private Violence*. Nova Iorque: Routledge, 1994.

ESCOBAR, Geanine Vargas. **Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)**. 2014. 141 f. Pelotas, 2014.

_____. **Por uma Museologia Lésbica Negra**. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, n. 17, p. 5-41, 29 Abr. 2021.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Ed. Edufba, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5ª edição. Ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**, Paz e Terra, 2018.

GOMES, N. L. (2017). **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DIVERSIDADE**. *Sapere Aude*, 8(15), 7-22. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2017v8n15p7>.

GOMES JUNIOR, João. **O corpo na história**. ALBUQUERQUE: REVISTA DE HISTÓRIA , v. 12, p. 12-24, 2020.

_____. **40 anos do Adé Dudu: a história do Grupo de Negros Homossexuais**. Portal Gelédes, On-line, 30 jun. 2021.

GOUVEIA, Inês & PEREIRA, Marcelle. (2017). **A emergência da Museologia social**. *Políticas Culturais em Revista*. 9. 726. 10.9771/pcr.v9i2.16794.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA**. *Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 250-260, jun. 2019. ISSN 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/29703>>. Acesso em: 09 maio 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817>.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **A Verdade Cisgênero**. *Blogueiras Feministas*, 2015. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-cisgenero/>>.

JESUS, Alexandro Silva. **Políticas da Cultura e Espaços Decoloniais: elementos para uma teoria sobre o Museu Inclusivo**. *Realis Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais*, 2013 , v. 3, p.138-155.

LEPECKI, André. **Coreopolítica e Coreopolícia**. *Ilha*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, 2012.

LIMA, Diane Sousa da Silva. **Fazer sentido para fazer sentir: ressignificações de um corpo negro nas práticas artísticas contemporâneas afro-brasileiras**. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Programa

de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIMA, Fátima. **Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas**. In: Cadernos de Gênero e Diversidade. Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. Salvador/São Francisco do Conde: UFBA, UNILAB, v. 4, n. 2, 2015, p. 78. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26646/16098>.

LOPES, J.; OLIVEIRA, N. . **Epígrafe para o não esquecimento: memórias LGBT's negras**. *Museologia & Interdisciplinaridade, [S. l.]*, v. 11, n. 21, p. 180–196, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41268. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41268>. Acesso em: 17 maio. 2022.

LOURO, Guacira L.. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** / Guacira Lopes Louro (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**; traduzido por Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora de livros Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda. **Performances do corpo no tempo espiralar: Poéticas do corpo tela**. Rio de Janeiro: Editora de livros Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**; traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Necropolítica**; traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, L., BRITO, W., & MAROJA, D. (2012). **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**. *Cadernos Pagu*, (39), 403–429. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645062>.

MUNIZ, Kassandra. **Linguagem e Identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil** / Kassandra da Silva Muniz. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

OLIVEIRA, A. C. A. R. de. Colecionismo a partir da Perspectiva de Gênero. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 15–30, 2018. DOI: 10.26512/museologia.v7i13.17753. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17753>.

RAMOS, Alessandra. **Racismo e LGBTfobia estrutural no Brasil**. Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; PORTO, Isaac (org). Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, p.34-53. 2020.

ROCHA, Lia M. J.. **A VIDA E AS LUTAS DE MARIELLE FRANCO**. REVISTA EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2018 - n. 42, v. 16, p. 274 – 280. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/39439/27898>.

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. **A pálida História das Artes Visuais no Brasil: onde estamos negras e negros?**. Revista GEARTE, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 2, jul. 2019. ISSN 2357-9854. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/gearte/article/view/94288/53218>.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade**. In: Justiça de transição, da ditadura civil-militar ao debate justransicional: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O Local do Testemunho**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 03-20. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>.

MOMBAÇA, Jota. **Não Vão nos Matar Agora**. Editora Cobogó de Livros. 2021.

PEDRONI, R.; VIEIRA, M. de S. **Enfrentamentos permanentes em ativismos artísticos**. Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 3, n. 36, p. 423-448, 2019. DOI: 10.5965/1414573103362019423. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/14708>. Acesso em: 24 ago. 2022. Acesso em: 24 ago. 2022.

PIRES, Thula. **Racializando o debate sobre direitos humanos: limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil**. SUR–Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 15, n. 28. 2018, p. 70. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-thula-pires.pdf>.

PRIMO, J. **PENSAR CONTEMPORANEAMENTE A MUSEOLOGIA**. Cadernos de Sociomuseologia, 1999, v.16, n.16, 11.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, 2005.